



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 16/XIV-1.º/2025-29

1 - Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas 21H00, no Auditório da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica, sito na Rua 25 de Abril, no Monte de Caparica, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia (Continuação):

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Parcela B, da Rua de Angola, Cova da Piedade. Transmissão do Direito de Superfície destinado à construção do Pavilhão do Ginásio Clube do Sul”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alienação a título gratuito. Doação e constituição de Pacto de Preferência, do prédio urbano, sito na Rua Cabo da Boa Esperança, n.º 4, na freguesia de Cova da Piedade, a favor da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Consulta Pública Final de Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da permuta dos lotes 13/27, 17/27A, 17/27B, 17/27C e 18/27, da parcela 27, sitos na freguesia de Laranjeiro/Feijó”;

3.11 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Segundo procedimento de correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”;

3.12 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente João Luís Couvaneiro, pelo 1.º Secretário da Mesa José Joaquim Leitão e a pela 2.ª Secretária da Mesa Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS), Maria Tomaz Queluz Fernandes Palma (PS), João Pedro Eixa dos Santos (PS Filipe Martins Vaz (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS); João Eduardo Alves de Moura Gerales (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Patrícia Alexandra Martins de Carvalho (CHEGA), Mário Daniel da Silva Tavares Paracana (CHEGA), Inês Maurile de Oliveira Silva (CHEGA), Isabella Sales Baltazar (CHEGA), Luís Manuel Jales Cordeiro (CHEGA), Maria Teresa dos Santos Amarante de Almeida (CHEGA), Bruno Miguel Neves de Brito (CHEGA); Ana Catarina Ribas Lopes (PSD), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Miguel Ângelo Moura Salvado (PSD), Lina Cristina de Matos Gonzalez (PSD), Miguel Maria Grossinho Caldeira Pais (PSD), Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro (PSD), Vanessa Inês Krause (PSD); Joana Sales de Campos Vieira (BE); Geizely Glicia Fernandes (LIVRE); Marta Cristina Belmonte Pereira (IL).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Maria Amélia de Jesus Parda (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Nuno Miguel Carapinha Terenas (CDU), Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Vítor Manuel dos Santos Castanheira (PS) e Rosa Maria Varela Ferreira Mendes (PS); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Mário Bruno da Silva Ferreira Pinheiro de Magalhães (CDU), Catarina de Matos Pé-Curto (CDU), João Branco da Costa (CDU) por impedimento de Bruno Ramos Dias (CDU), Ivo Rúben Correia Serra (CDU), Andreia Sofia Fernandes Egas (CDU), Ana Sofia Rodrigues Marcos (CDU) e Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino (CDU).

4.1.2 – A Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Pacheco; a Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Ana Catarina Santana (PS) e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha (PS).

4.1.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário do pedido de Renúncia ao Mandato do Deputado Municipal Sérgio Faria de Bastos (PS), sendo substituído pelo eleito seguinte Filipe Martins Vaz (PS), em regime de efetividade de funções, nos termos do nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), do Vereador Paulo Alexandre Sabino (PSD).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Municípios

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Municípios;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Municípios e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Municípios Lurdes Silva, António Martins, Maria Irene Gonçalves, Luís Filipe Pereira, Maria Luís Abreu, António Sousa, Sílvia Lopes e Paulo Lopes.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Maria de Lurdes Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trago hoje a esta Assembleia Municipal, uma questão que não é nova, mas que continua sem resposta clara. A construção do Centro de Saúde do Feijó.

Em abril de 2022, foi publicamente anunciado, que esta infraestrutura seria construída no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, com investimento previsto de cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) execução essa sim prevista, entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025. Tratava-se de uma obra considerada prioritária para o Concelho de Almada, tendo sido lançado concurso em dezembro de 2024.

Contudo, na primavera de 2025, a população constata que a obra não tinha sequer arrancado.

Em junho de 2025, foi apresentada por esta executivo, a construção de um centro de requalificação animal, precisamente no terreno que havia sido anteriormente disponibilizado para o Centro de Saúde do Feijó. O que levante sérias dúvidas quanto ao destino deste projeto.



Por outro lado, no orçamento municipal para 2026, não encontramos uma referência explícita, ao início da construção do Centro de Saúde do Feijó, estando apenas prevista a construção do Centro de Saúde da Costa da Caparica.

Perante estes factos, importa questionar de forma direta. Mantem-se o projeto Centro de Saúde do Feijó como uma prioridade para este executivo? Em que fase se encontra atualmente o projeto? Existe um novo calendário previsto para a sua concretização? E, caso não avance, que soluções estão previstas para garantir o acesso a cuidados de saúde adequados à população do Feijó, uma das mais envelhecidas do Concelho de Almada e permitam-me aqui acrescentar um esclarecimento, esta população é assistida no Centro de Saúde do Laranjeiro que é o único equipamento que agrega toda a população da União de Freguesias. A população do Feijó não pode continuar a viver na incerteza relativamente a uma infraestrutura essencial.

O acesso à saúde é um direito fundamental e exige respostas concretas, não anúncios sucessivamente adiados.”

5.2.2 – O Senhor Município António Martins:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui em nome dos moradores da Quinta do Abílio na Costa da Caparica, uma vez mais apresentar uma reclamação relativamente à inexistência de saneamento básico e arruamentos nesta urbanização, com habitações legalizadas nas ruas 3, 4, 5 e 6.

Tendo sido apresentadas várias reclamações anteriormente em diversas Assembleia Municipais, chamo a atenção uma vez mais, para a gravidade deste assunto, porque falamos de saúde pública para quem convive com este cenário diariamente.

Devido às chuvas que ocorreram anteriormente, parte das ruas e caves ficaram alagadas ocasionando águas estagnadas na via pública, fossas que contaminaram os lençóis freáticos e que têm provocado o aparecimento de insetos, maus cheiros, a falta de salubridade, sendo um perigo para a saúde pública com um possível aparecimento do dengue.

Não conseguimos compreender, como não existe da parte do Município, uma atenção a este assunto, para com os munícipes que vivem nestas condições há cerca de quarenta anos e que reclamam um direito, o saneamento básico, o ambiente e a qualidade de vida.

Os moradores desta área estão um pouco cansados, tantas reclamações e pedidos, mas não irão desistir e é um direito que lhes é devido.

Não queremos que nos venham dizer que irão ver o que podem fazer, para depois o assunto ficar como tem estado até agora. Vamos aguardar uma resposta concreta num prazo de dez dias. Caso não se verifique não voltaremos a perder tempo em Assembleias que não têm qualquer resultado prático. Vivemos numa democracia, existem leis e direitos. Seguiremos o caminho mais adequado, a autoridade de saúde e demais administrativas judiciais adequadas na defesa dos direitos constitucionalmente protegidos.”

5.2.3 – A Senhora Município Maria Irene Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho a esta Assembleia Municipal na representação da minha filha Sofia Gonçalves, que é enfermeira e está neste momento a trabalhar no Hospital da Cruz Vermelha, para expor uma situação grave prolongada e sem resposta por parte da Câmara Municipal de Almada.

Na sequência da intempérie, dos deslizamentos ocorridos na zona da Azinhaga dos Formozinhos, foram apresentados em 5 e 6 de abril de 2026, pedidos de apoio de avaliação dos danos sofridos na sua habitação. Até hoje a minha filha continua sem resposta da Proteção Civil, apesar de já terem sido avaliadas situações apresentadas posteriormente.

Entretanto, a técnica da Câmara Municipal de Almada, deslocou-se ao local e confirmou a dimensão das escavações realizadas no âmbito da estabilização das arribas e da remoção das terras. Essa intervenção alterou



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

profundamente a configuração da habitação, o que antes funcionava como cave-r/c, ficou exposto como primeiro andar com o evidente agravamento da vulnerabilidade estrutural do imóvel.

A questão essencial é simples, perante uma habitação em risco, foi materialmente afetada por intervenções envolventes, porque a razão a Câmara Municipal ainda não adotou medidas concretas na proteção. Acresce que não é aceitável a discussão sobre a situação urbanística do imóvel sirva para adiar medidas urgentes de segurança, existe aliás, um processo de pedido de legalização antigo, desde 1988 ficou sem resposta e ao qual a Câmara Municipal não está a dar acesso conforme pedido há dias. Seja qual for o enquadramento administrativo do prédio, a Câmara Municipal não pode ignorar o risco atual para pessoas e património. Também causa estranheza que, no acompanhamento social, a preocupação principal pareça ser o rendimento da minha filha para efeitos de eventual acesso a renda social, quando aquilo que está em causa, é antes de mais a proteção da sua própria habitação da qual é proprietária. Por isso, deixo quatro perguntas concretas.

- Qual o estado dos pedidos apresentados em nome da minha filha?
- Qual foi o critério de prioridade pedido pela Câmara Municipal e Proteção Civil?
- Onde estão os relatórios técnicos que fundamentam as decisões tomadas quanto à zona D e os seus reflexos sobre as outras habitações?
- Que medidas urgentes e concretas serão adotadas para garantir a segurança da habitação e evitar novo agravamento?

A minha filha está desalojada desde 4 de fevereiro e a sua vida está em suspenso. O que mais impressiona até agora é que o risco foi conhecido, sinalizado, agravou-se e mesmo assim continua sem resposta suficiente.

O que hoje aqui peço não é favor nem promessa vaga, é responsabilidade, clareza e ação imediata.”

5.2.4 – O Senhor Município Luís Filipe Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com mágoa, que através da comunicação social, sou confrontado com uma mão cheia de nada ou cheia de incertezas em relação ao Arsenal do Alfeite.

O Arsenal do Alfeite iniciou a sua laboração no Concelho de Almada em 1939. Desde então e até aos dias de hoje, foi sempre a principal ferramenta da Marinha Portuguesa, quer na construção de embarcações de grande relevo e importância, quer na preparação e manutenção da sua frota. Note-se, que num grande número de navios envelhecidos desta frota, foi apenas graças aos conhecimentos práticos das equipas técnicas do Arsenal, engenheiros e operários altamente qualificados, que foi possível mante-la com capacidade de navegação.

O Arsenal do Alfeite foi para a Marinha um autêntico anjo da guarda, seria de esperar que em 2009, quando o Governo de maioria absoluta do Engenheiro José Sócrates, entendeu extinguir o Arsenal do Alfeite, a Marinha se opusesse, não permitindo que tal acontecesse.

A Marinha Portuguesa, quando o Arsenal do Alfeite mais precisava de defesa, não o fez, só os trabalhadores se uniram e lutaram contra esta decisão.

Os trabalhadores ficaram sós na sua luta, nem o poder político, nem a administração da Marinha, moveram um dedo contra a extinção do Arsenal do Alfeite.

Assim, desde 2009, passou a existir a Arsenal do Alfeite S.A com promessas de grandes investimentos e modernização do estaleiro.

Esqueceram-se, porém, que estavam a alienar o que de melhor tinha aquele estaleiro, os seus profissionais.

De uma assentada reduziram os seus mil e duzentos trabalhadores, para pouco mais de seiscentos. Desde então, têm vindo a reduzi-los drasticamente.



Segundo dados de janeiro de 2026, existem no Arsenal do Alfeite, quatrocentos e doze trabalhadores, cuja média de idades se situa em torno dos cinquenta anos, na sua esmagadora maioria homens, sendo as mulheres no ativo apenas 7% a 8%.

Os órgãos representativos dos trabalhadores, Comissão de Trabalhadores e Sindicato, têm alertado para a perda de conhecimento que se verifica fortemente com a saída de trabalhadores experientes que não são substituídos e que pode levar à falência técnica. O número de trabalhadores é insuficiente para garantir a operacionalidade da frota da Marinha com os riscos que tal acarreta. Torna-se necessário e urgente, reintegrar o Arsenal do Alfeite na estrutura orgânica da Marinha.

As promessas, dizem que apesar da escassez de pessoal, o Arsenal está no momento de transição. Foi assinado um contrato de 41.400.000.00€ (quarente e um milhões e quatrocentos mil euros) com a Marinha, para assegurar a manutenção da frota nos próximos três anos. Também dizem que vão despoletar um processo de recrutamento estratégico, de quadros qualificados em engenharia de sistemas de eletrónica e mecânica, só não dizem onde vão encontrar tais quadros qualificados.

Inaugurou recentemente a Academia do Arsenal, para acelerar a formação e inovação tecnológica. Isto depois de terem destruído a Escola de Formação do Arsenal do Alfeite, que durante décadas, formou centenas de profissionais de acordo as necessidades do Arsenal.

Infelizmente, existem pessoas ao mais alto nível, que têm poder e capacidade de destruir e ao mesmo tempo, apresentam um conjunto de promessas que não são mais do que exercícios de demagogia.

É interessante olhar para a proposta gigante do Naval Group, que se propõe a investir dezenas de milhões de euros na modernização das infraestruturas e equipamentos do Arsenal do Alfeite, cujo modelo passaria pela criação de uma nova empresa conjunta.”

5.2.5 – A Senhora Munícipe Maria Luís Abreu:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Maria Luís Abreu, sou vice-presidente do CDS-PP de Almada e vice-presidente da Juventude Popular de Almada e uso da palavra para trazer a esta sala preocupações concretas de quem vive e trabalha neste Concelho.

Como se constrói família em Almada, quando uma renda consome dos terços do salário, o CDS defende incentivos fiscais a proprietários que coloquem imóveis no mercado de arrendamento acessível. Não mais Estado, mas melhor Estado que cria condições para que as famílias sejam autónomas.

Agricultores das Terras da Costa.

Há famílias que cultivam as terras há décadas, que produzem alimentos frescos para as mesas dos almadenses. E sabe o que recebem da Câmara Municipal em troca? São chamados de ilegais sem apoios, sem reconhecimento. O CDS-PP não aceita isso. Exigimos que a Câmara Municipal regularize a sua situação. Crie um programa de apoio à agricultura familiar e proteja as Terras da Costa no PDM contra a especulação imobiliária, porque quando um agricultor abandona, essa terra não volta.

Sobre os transportes.

A mobilidade é uma questão de justiça social. Há zonas de Almada onde o autocarro é muito escasso e quem não tem carro fica preso. O CDS exige que a Câmara Municipal deve pressionar a Área Metropolitana de Lisboa para melhorar o serviço e que apresente um plano de mobilidade que não sirva apenas os eixos centrais, mas que chegue às periferias do Concelho. Um Município que não garante transporte a todos os cidadãos, não está a cumprir a sua missão.

Sobre o ambiente.

A Costa da Caparica, o Estuário do Tejo, as áreas verdes do Concelho, são património que pertence a todos os almadenses e às gerações que nos vão suceder.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O CDS defende uma política ambiental responsável e concreta, gestão séria dos recursos naturais, arborização urbana e um plano de adaptação às alterações climáticas que proteja especialmente as zonas mais vulneráveis do litoral.

Senhor Vice-Presidente, o CDS-PP está aqui como sempre esteve, do lado das famílias, dos jovens, dos que trabalham e continuam a querer viver aqui.

Almada merece melhor e nós não vamos parar de o dizer e não é estar nas redes sociais a promover os BTS vindo cá Almada, quando as ruas estão um nojo, só há buracos na estrada, eu acho que é muito feio fazer isso.”

5.2.6 – O Senhor Município António João Sousa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Romeira já foi uma zona industrial vibrante, tinha fábricas de transformação de cortiça, moagens e oficinas de tanoaria. Era igualmente um local com lojas e serviços que servia de ponto de encontro para a comunidade.

A Romeira já foi tudo aquilo que acabei de relatar. No entanto, a Romeira agora, é uma zona semiabandonada, repleta de edifícios em ruínas, em suma, um local morto e degradado que gera insegurança e medo à população da zona da Cova da Piedade.

Como nós sabemos, uma população maioritariamente sénior. O problema está identificado há bastante tempo pela Autarquia. No entanto, no terreno continua tudo na mesma e a cada dia que passa a situação vai-se degradando cada vez mais.

Questiono o executivo:

1 - A Autarquia compactua de alguma forma com a comunidade romena e aqui o romeno não é por ser estrangeiro, é porque as pessoas que lá estão que vivem e habitam em condições sub-humanas nos edifícios degradados?

2 - A Autarquia compactua com a mendicidade praticada pela citada comunidade?

3 - A Autarquia apoia financeiramente ou de outra qualquer forma a citada comunidade?

4 - A Autarquia tem em consideração que a insalubridade causada pela comunidade referia, é um risco para a saúde pública?

5 - A Autarquia compactua com o risco público provocado pelas bastantes fogueiras aí feitas que só não provocam situações de maior gravidade vista a pronta intervenção e competente dos Bombeiros Voluntários?

Saudar os nossos Bombeiros Voluntários por estas e outras situações que muita falta fazem à nossa população.

6 - A criação de estacionamento na zona foi uma boa iniciativa, não há dúvida, no entanto, os munícipes não o podem utilizar com receio de atos de vandalismo que aí são praticados bem como pelo medo reinante em frequentar a zona?

7 - A abertura do Mercado também foi uma ótima iniciativa para dinamizar a zona, no entanto, uma vez mais, o clima de insegurança existente não permite que a iniciativa tenha os frutos que eram pretendidos.

8 - Os 7.100.000.00€ (sete milhões e cem mil euros) prometidos para a edificação da Loja do Cidadão são uma promessa ou existe um plano integrado para a zona da Romeira?

9 - A participação da Senhora Presidente de Câmara Municipal no Fórum em Guimarães será produtiva para o nosso Concelho?”

5.2.7 – A Senhora Município Sílvia Lopes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho hoje a esta Assembleia Municipal como município de Almada em nome do CDS Partido Popular de Almada enquanto vice-presidente e enquanto Presidente da Juventude Popular para dar voz a quem não está a ser ouvido.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em primeiro lugar, volto a reiterar que se deve alterar o Regimento garantir cinco minutos a cada munícipe, porque o munícipe não consegue explicar o seu problema complexo com menos de cinco minutos. Se somos muitos munícipes deve haver mais dias e não se deve cortar a palavra a ninguém. E claro como ontem foi frisado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Sobreda, deve-se aumentar também o tempo de dois minutos dos Presidentes de Junta para no mínimo cinco minutos.

Relativamente à área da saúde, gostaria de saber se a Câmara Municipal já indicou alguém para o Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, sendo que isso seria uma mais valia para os almadenses. Pois o representante da Câmara Municipal de Almada, poderia ter voz ativa nas decisões tomadas sobre as questões na área da saúde que afetam todos os munícipes.

Relativamente aos moradores do Bairro do Matadouro, estas pessoas vivem com medo há demasiado tempo. O aumento da criminalidade vindo do Bairro de Penajoia está a destruir a qualidade de vida de famílias inteiras e a resposta do Poder Local tem sido o silêncio. Pergunto diretamente, que medidas concretas estão a ser tomadas, existe policiamento de proximidade? Ou os moradores continuam simplesmente a serem ignorados? Merecem respostas e merecem-nas agora.

Por fim, em relação aos espetáculos de Wrestling que têm reunido um número crescente de espetadores em Almada incluindo jovens e famílias, congratulamo-nos com essa dinamização, no entanto, o entusiasmo do público não pode em circunstância alguma sobrepor-se às normas elementares de segurança que a lei consagra e que esta Câmara Municipal tem obrigação de garantir.

Os organizadores cumpriram a lista de requisitos fornecida pelo CDS-PP, mas havia pelo menos um lado do Wrestling sem qualquer segurança em relação ao público, sem barreira, sem espaço, sem proteção. Houve momentos em que a luta se desenvolveu diretamente em cima dos espetadores, expondo-os em risco real de ferimentos graves e por esse facto questionamos diretamente a Câmara Municipal sobre o que poderia fazer para melhorar.

Além disso, agrava o problema o facto de existir uma obra de arte instalada dentro do Auditório da Casa Amarela que condiciona o espaço e torna impossível garantir as distâncias de segurança em todos os lados. Almada merece um Município que veja as pessoas, que as ouça e que aja, nós não vamos parar de exigir isso."

5.2.8 – O Senhor Munícipe Paulo Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Paulo Silva, venho aqui como elemento do "Mais Costa" e estivemos representados na última Assembleia de Freguesia com o seguinte: levamos votos de pesar pelos filhos da Costa; apresentamos a moção pelo reforço da segurança e do policiamento na Costa da Caparica; pela reposição urgente de iluminação pública na Fonte da Telha, há zonas que não têm iluminação há já quatro meses. A terceira moção é pela instalação de sistemas de recolha e gestão de águas pluviais na Fonte da Telha, Bairro do Campo da Bola, Bairro dos Pescadores, Bairro da Nossa Senhora da Conceição, Rua 14, Mestre Salvador Catita, Rua 15 Mestre Adrião, Rua 16 Rua António Bugalho.

Isto tem a ver com a instalação de sistemas de recolha e gestão de águas pluviais. É um assunto recorrente na Costa da Caparica, com muitos anos e tal como as Terras da Costa, como falou o António Martins, é um assunto que se tem vindo a agravar com os anos.

Referente às Ruas 14, 15 e 16, há dois anos atrás houve um projeto que era "O Meu Bairro", nós não sabemos como é fco o projeto "O Meu Bairro", este projeto ficou em águas de bacalhau, nunca mais foi falado, esta é uma zona que exige muita requalificação, foi feito pela parte da cidadania muita recolha de assinaturas em que a Junta também participou nessa recolha, com o empréstimo de um portátil na altura para recolher assinaturas. Para juntar à requalificação desta zona também existe a Escola Primária que está com muitos problemas, do Plano Centenário e o espaço exterior que está muito degradado, a Escola é de 1951, Plano Centenário.

Queríamos saber em relação ao projeto "Meu Bairro" se avança, se não avança. Entretanto o piso vai abatendo, vai havendo problemas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Acrescentar também nesta parte que tem haver com os SMAS, é o problema recorrente da Avinda Dr. ^o Aresta Branco e a Avenida Dom Sebastião. Isto não é de agora, isto já tem décadas, aqueles arrebentamentos naquela zona, é um problema que provoca muitas quebras de água na Costa.

A quarta moção que nós apresentamos tem a ver com o modelo que vai ser alongado agora na Costa da parte do estacionamento, nós somos “O Mais Costa” e somos contra o alargamento e somos a favor do sentido de que, os moradores estejam isentos em toda a Costa, em todo o território.”

5.3 – Em resposta aos Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Mário Daniel Paracana (CHEGA), Lina Cristina Gonzalez (PSD), Miguel Ângelo Salvado (PSD), a Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS) o Vereador Luís Filipe Palma (CDU) e o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS).

5.3.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Indo por ordem das questões que foram colocadas.

A Senhora Múncipe Maria Lurdes Silva, que veio falar sobre o Centro de Saúde do Feijo, aquilo que eu posso dizer de forma muito resumida, é que é evidentemente nossa intenção construir o Centro de Saúde do Feijó. Foi lançado concurso de empreitada no ano passado, ficou deserto, agora aquilo que estamos a fazer é uma revisão, vai ser lançado novamente até com revisão de preço, precisamente para que possa não ficar deserto. Portanto, é evidentemente nossa intenção lançar este concurso de empreitada.

Dizer também que relativamente ao CRO Centro de Recolha Animal, ele é noutra zona do território, na zona da Quinta da Alembração, foi também um concurso da empreitada que ficou deserto que vai ter exatamente o mesmo tratamento. A revisão do novo lançamento de empreitada e será feito aliás, eu penso que irá a uma próxima reunião de Câmara esse novo lançamento.

Relativamente ao Senhor Múncipe António Martins, eu pedirei ao Senhor Vereador Luís Palma para poder responder e algumas das questões também que foram agora feitas no final.

Senhora Múncipe Maria Irene Gonçalves, há aqui duas dimensões. Uma delas passarei à Senhora Vereadora Francisca Parreira, mas relativamente ao acompanhamento social, aquilo que lhe posso dizer é o seguinte: falou do porquê os pedidos de rendimentos que a Câmara Municipal faz, porque a atribuição de qualquer apoio social tem um pressuposto de cumprir um conjunto de regras e de documentação que é obrigatória e por isso é que a Câmara Municipal pede essa documentação e também para aferir do ponto de vista até de atribuição de apoios qual é o nível em que as pessoas estão. É uma decorrência da Lei não é um capricho da Câmara Municipal.

Depois relativamente ao Senhor Múncipe Luís Filipe Pereira, enfim, não teve tempo de terminar a sua intervenção, partilho grande parte de alguns dos aspetos que referiu. Acima de tudo referir aquilo que o Arsenal do Alfeite representou e ainda representa e esperamos que possa representar no futuro na vida do nosso Concelho.

Relativamente à Senhora Múncipe Maria Luís Abreu, sobre as questões de mobilidade aquilo que lhe posso dizer é que estamos muito empenhados, por exemplo, na expansão do metro até à Costa da Caparica e à Trafaria, é uma peça essencial naquilo que é o desenvolvimento do transporte público nessa área do Concelho, também estamos a trabalhar neste momento de novas carreiras, neste caso de barco a partir da Trafaria. Lembrar também, eu acho que é sempre importante, nós vivemos tempos em que por vezes é preciso referir o óbvio, aquilo que tem sido o esforço do Município de Almada nestes últimos anos por via do investimento na Carris Metropolitana. É importante lembrar que, de todos os Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, Almada foi aquele onde houve maior crescimento do número de utentes por via do investimento que foi feito no aumento de autocarros, da criação de novas carreiras, e, portanto, acho que muito múnícipes, centenas ou milhares de múnícipes, sentem hoje nas suas vidas aquilo que foi o investimento que o Município tem feito todos os anos, por via da Carris Metropolitana.



Depois, relativamente às questões que colocou das Terras da Costa. Aquilo que lhe posso dizer é que já existe a marca das Terras da Costa e do Mar, registada e operacional, o edifício para incubação também está a ser finalizado como todos constatam naquela zona do território, vamos em breve acabar o regulamento de hortas e estamos quase a acabar o ecocentro, portanto, o regulamento para os talhões podem também ir já numa próxima reunião de Câmara. Estamos a falar não do Agroparque, mas dos talhões para as hortas urbanas, estou a falar desta zona do território.

Portanto, penso que respondi às várias questões que foram colocadas.

Depois relativamente ao Senhor Município António Sousa, aquilo que eu lhe posso dizer é que precisamente, a resposta a vários dos problemas que colocou na zona da Romeira, é o de fazer cidade com uma dimensão pública sempre em pareceria também com o privado. E é isso exatamente que estamos a fazer. Aliás, eu convidava o Senhor António Sousa para poder passar na zona da Romeira, ver a dinâmica que o Mercado da Romeira tem todos os dias e a esta hora certamente estará a bombar e ao lado a nova Loja do Cidadão. Fez essa pergunta em específico, se passar pela Loja do Cidadão, verá já o estaleiro em obra portanto, estamos a falar de um investimento de mais de 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) que está já a ser concretizado, é também uma das zonas onde queremos criar uma nova centralidade e precisamente por isso, é que colocamos ali a Loja do Cidadão com os três principais serviços da administração pública central, estamos a falar do IRN, estamos a falar da Autoridade Tributária e da Segurança Social, melhorando também aquilo que é o acesso aos serviços públicos que nós sabemos quais são as atuais condições destes serviços no resto do Concelho. Portanto, criamos ali uma nova centralidade e aproveito para convidar o Senhor António Sousa, para amanhã poder estar naquela zona do território, na Festa da Maia, onde também a Câmara Municipal em conjunto com a União de Freguesias, em conjunto também com o Centro Paroquial Padre Ricardo Gameiro, requalificará mais uma zona do território precisamente a zona do ringue, unindo essa resposta será um polidesportivo adaptado a vários desportos, um deles o Boccia, e essa zona do território será gerida por esta entidade que faz um trabalho meritório, que tem ali o Centro de Deficiência das Candeias e é mais uma zona do território que estamos a requalificar, portanto esta é precisamente a resposta que o Senhor António Sousa referia.

Depois, respondendo à Senhora Município Sílvia Lopes, relativamente ao Conselho de Administração do Garcia de Orta, aquilo que posso dizer é que não, ainda não está nomeado o representante que não é do Município, é dos Municípios Almada e Seixal, que pressupõe um acordo entre os Municípios que ainda não foi possível chegar, estamos a tentar chegar a um consenso com o Município do Seixal, ainda não foi possível.

Relativamente aquilo que referiu do Bairro do Matadouro, é para isso que também estamos a trabalhar com o IHRU e com a Senhora Secretária de Estado da Habitação, sabemos que muitos dos problemas que ali existem, naquele Bairro e total solidariedade com aquelas pessoas, foram criados nos terrenos do IHRU, portanto, aquilo que temos é dar uma resposta e essa resposta terá sempre de vir do Estado Central, sendo certo que o Município já se manifestou por diversas vezes, de forma reiterada, que tudo contribuirá para resolver aquele problema, mas é um problema que tem de começar com vontade política do Estado Central neste caso do Governo e da sua tutelada que neste caso é do IHRU.

Sobre a questão do Wrestling, aquilo que eu posso dizer, eu sei que os elementos seja da JP seja do CDS estiveram no espetáculo, espero que tenham usufruído dele. O espetáculo não respondeu aos requisitos de segurança do CDS, porque o CDS acho que ainda não estabelece requisitos de segurança, obedeceu sim aos requisitos de segurança que deve obedecer para aquele tipo de espetáculos. Aquilo que lhe posso dizer é que cumpriu escrupulosamente todas as normas em termos da Lei e dizer também que estes espetáculos de Wrestling têm até uma dimensão paralela até de explicar o que é o Wrestling, ou seja, uma dimensão de demonstração de sensibilização no fundo que aquilo é uma arte performativa, um espetáculo semelhante à Capoeira com as suas necessárias adaptações.

Dizer também, já é o segundo dia que colocam aqui a questão, que eu acho também que a existência de outras entidades que possam fazer esses espetáculos com as quais possa ter uma afinidade pessoal, não deve ser critério para uma determinada escolha. O Município nessa dimensão é cego sobre a escolha das entidades que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

convida para a realização dessas atividades e é isso nos termos da Lei que deve prevalecer e sobre isso o Município, pelo menos este executivo, não hesitará nunca em continuar esse caminho.

Depois respondendo ao Senhor Município Paulo Silva, que eu agradeço do Movimento Mais Costa, aquilo que veio aqui trazer, relativamente às necessidades de iluminação. Este é um trabalho contínuo de exigência que fazemos junta da E-REDES, sabemos que temos neste momento em fase de implementação o concurso de substituição de todas as luminárias ou pelo menos da grande maioria das luminárias no Concelho e, portanto, esperamos que isso possa trazer muitas melhorias aquilo que é a dimensão de iluminação no nosso Concelho.

Relativamente ao sistema de recolha de águas e também aos problemas que falou na Avenida Dr. ^o Aresta Branco e restantes, eu passarei ao Senhor Vereador Luís Palma.

Relativamente ao projeto “O Meu Bairro” aquilo que lhe posso responder é exatamente o que respondi ontem a uma questão de um Senhor Município, relativamente aos projetos “O Meu Bairro”. Infelizmente, como sabemos, o Município está obrigado às regras normais de contratação pública, houve aqui um azar, uma infelicidade, assumimos isso, assumimos o atraso dos vários projetos de “O Meu Bairro”. Aquilo que aconteceu foi que foi feito um concurso público para a totalidade dos projetos e o que aconteceu foi que a entidade que ganhou esse concurso público, fim do prazo não entregou nenhum dos projetos. Portanto, tivemos que resolver contrato e estamos agora a iniciar novo processo de contratação. Não era o que queríamos, queríamos já estar em fase de obra, houve aqui um atraso, assumimos com toda a frontalidade esse problema, mas queremos corrigir.

Relativamente à Escola do Plano Centenário, aquilo que quero dizer é que estiva há um mês na escola, sabemos a necessidade de requalificação do território, havia um projeto antigo e depois um segundo projeto, aquilo que lhe posso dizer é que, voltamos ao projeto antigo, aquilo que queremos é fazer a requalificação integral da zona do refeitório e aquilo que esperamos é o mais brevemente possível, não lhe quero dar uma data porque estas coisas têm sempre fatores que não controlamos, é de lançar precisamente a empreitada com o projeto que já está finalizado. Portanto, o projeto de execução da obra dessa escola está já finalizado e contamos nos próximos meses lançar o concurso de empreitada.

Por fim, contra o alargamento das zonas de estacionamento, mas beneficiando os moradores, eu penso que deu essas duas ideias uma em oposição da outra, eu fiquei na dúvida se não eram a mesma. Pelo seguinte: porque o alargamento das zonas de estacionamento é precisamente, o que beneficia os moradores porque por via do dístico de estacionamento, os moradores não pagam, todos os outros visitantes pagam. Portanto, o pagar não é porque isso traga receita, está comprovado, aliás, basta analisar as contas da WEMOB, que a expansão das zonas de fiscalização só traz prejuízo aquela empresa municipal. Aquilo que fazemos com o alargamento das zonas de estacionamento é precisamente tentar beneficiar os moradores, porquê? Porque a tarifação o que permite é maior circulação de carros, maior rotatividade de carros e os moradores podem sempre estacionar recorrendo ao dístico de estacionamento que é válido por um ano e o primeiro é gratuito. Portanto, parece-nos, que uma e outra são exatamente a mesma ideia e tem sido esse caminho sempre em auscultação com os moradores e é, portanto, esse um compromisso.”

5.3.2 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero naturalmente, deixar aqui um apontamento que é breve, porque de forma pública têm que ser dadas explicações à Senhora Dona Maria Irene Gonçalves, que aqui se registou como Maria Irene Gonçalves, dando nota também e divulgando também aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais, o teor desta mesma intervenção.

A Senhora sua filha terá dado e submetido na plataforma, um pedido de apoio para obter benefícios no âmbito e na sequência das intempéries. Este mesmo pedido de apoio está registado na plataforma da Câmara Municipal no dia 6 abril. Na sequência disso e atestando que a senhora é a beneficiária, e está registada como Maria Irene Nunes de Jesus Dinis, estão a ser realizadas vistorias pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Ora, estas vistorias estão a ser feitas com nível de prioridade, mas há vistorias relativamente à zona A, que é precisamente a zona



onde se insere esta casinha amarela, é assim que nós a identificamos, portanto, estou ao corrente, conheço o detalhe, como deve compreender. Esta vistoria ainda não foi realizada precisamente porque aguardamos também tudo aquilo que foram avaliações feitas no terreno por parte da Faculdade de Ciências e Tecnologia que nos tem acompanhado nesta matéria. Ora, relativamente à zona A, que é a zona em que se verificam estes danos, que está no limite da zona visível de impacto da derrocada, é uma parte da casa apenas que tem danos, um anexo, e cuja beneficiária é precisamente a Senhora. Portanto, a Senhora aqui não vem só mandata pela sua filha, vem também em nome próprio, se me permitir, esta zona efetivamente, aguarda emissão de parecer após o envio do relatório da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Portanto, eu terei naturalmente oportunidade de falar com a Senhora pessoalmente, terei todo o gosto, aliás, se o Senhor Vice-Presidente me permitir, ausentar-me-ei daqui para ir falar um pouco pessoalmente, com a Senhora, mas naturalmente, o seu processo está a ter a tramitação normal e referir de novo que são processos complexos, dotados de alguma complexidade e naturalmente, o pedido só foi submetido no dia 6 de abril

Eu compreendo toda a vossa ansiedade, compreendo naturalmente que o vosso tempo não é o nosso tempo, mas quando nós permitimos o regresso de munícipes e pessoas às suas habitações, temos de o fazer ou determinar com o nível de segurança que é o da preservação da vida humana.

Portanto, não há relatório que seja entregue sem nós termos de facto a segurança e a certeza de que os senhores podem voltar à vossa habitação.”

5.3.3 – O Senhor Vereador Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo de uma forma muito direta quer ao Senhor António Martins, quer também ao Senhor Paulo Silva, permitam-me que responda em conjunto porque há um conjunto de aspetos que referiram e bem, que naturalmente têm uma resposta articulada naquilo que é a reivindicação que aqui trazem e muito justamente aqui trazem, e dizer-vos que as vossas reivindicações são também nossas e também ambicionamos com o exercício do nosso trabalho e das responsabilidades que temos, possamos concretizar, não com a brevidade que nos exigem aqui, porque isso será naturalmente, humanamente impossível e tecnicamente também impossível, mas, terão todo o empenho como sabem até pelas oportunidades que já tivemos de falar, quer aqui nesta Assembleia Municipal, quer também na recente reunião que tivemos na sede dos SMAS e que tal como ali afirmamos, na presença quer minha, quer também de outro elemento do Conselho de Administração, para além do acompanhamento técnico que tivemos e de uma forma muito clara e honesta, dissemos que, todos os aspetos que referiram são aspetos que já vêm muito de trás e até me recordo ter usado a expressão: “o que agora importa é resolvermos no presente aquilo que queremos alcançar num futuro” que mais uma vez digo e repito as palavras é uma ambição vossa justa e que as populações da Costa da Caparica e em particular das áreas que referiram, naturalmente, merecem. Portanto, da nossa parte reforçar aquilo que vos transmiti nessa reunião de que as equipas estão empenhadamente a trabalhar na resolução desses problemas, cada um com as suas características e particularidades. Naturalmente são zonas muitas delas sensíveis e outras vão ter uma requalificação articulada com outros serviços do Município como já falaram aqui e muito bem, no projeto “O Meu Bairro”, naquela zona onde se encontra a Escola do Plano Centenário.

Penso que em síntese já me fiz compreender, não querendo deixar de também dar aqui uma palavra à Senhora Múdice Lurdes Pinto que tal como ela também ambicionamos a construção do Centro de Saúde como sabe e felizmente é matéria que une várias forças políticas presentes nesta Assembleia Municipal.”

5.3.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi palavra fundamentalmente por duas razões.

A primeira, para saudar a vinda a esta Assembleia Municipal de um conjunto alargado de munícipes que neste três dias aqui nos trouxeram as suas questões, os seus problemas, os seus anseios e as suas preocupações, porque consideramos que a participação dos senhores munícipes nestas sessões dos órgãos políticos que os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

representam, é um ato de cidadania da maior importância, do maior significado e que eu diria mesmo, é um ato de cidadania insubstituível.

A segunda questão, é para me dirigir especificamente ao Senhor Município Luís Filipe Pereira, ao meu amigo Luís Filipe Pereira, para reiterar que a CDU acompanha de uma forma permanente e plena, as preocupações dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite e dos ex-trabalhadores do Arsenal do Alfeite, a sua reivindicação, de que esta estrutura empresarial com sede no nosso Concelho, regresse e regresse urgentemente, à esfera pública e regresse particularmente à esfera pública da Marinha Portuguesa.

A CDU sempre defendeu esta solução, desde 2009 quando a decisão de transformação do Arsenal do Alfeite em Sociedade Anónima, a CDU sempre teve esta posição e quero aqui só corrigir o Luís Filipe numa questão, é que eu compreendo o lamento relativamente à posição do poder político que não acompanhou a reivindicação dos trabalhadores, mas houve uma parte do poder político que acompanhou, foi o poder político das Autarquias Locais, foi o Poder Local Democrático que tomou muitas posições, inúmeras posições de reivindicação de que o Arsenal do Alfeite se mantivesse ou regressasse à esfera pública.

Eu quero saudar aqui esta participação do Luís Filipe e quero lançar um desafio à Câmara Municipal de Almada que é a de que retome a exigência de que o Arsenal do Alfeite venha a integrar novamente a esfera pública e a esfera da Marinha.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho também saudar todos os municípios que vieram aqui falar nestes três dias e dizer sobretudo que continuamos aqui a assistir a um conjunto de respostas por parte do executivo, e precisamente por ser executivo tem o dever de executar, que são sempre muito vagas, são muito ambiciosas, mas muito vagas. Temos sempre as desculpas que não controlam os fundos do PRR, é culpa do Estado Central, culpa de critérios de segurança, culpa de fatores que não controlamos.

Isto é muito simples de perceber e acho que as pessoas que aqui estão, de forma retórica pergunto-lhes se saem daqui esclarecidas. Ou seja, se saem daqui pensando que o problema que aqui trouxe vai ser resolvido desta forma, neste momento e desta maneira. Duvido que o sejam, mas isto é muito fácil de compreender, tal como o nosso Vereador Carlos Magno, teve a oportunidade de demonstrar durante a campanha autárquica, isto é muito fácil e respondendo também aqui à questão do que se passa na Romeira, é só irmos até Cacilhas e olharmos para a margem norte do Rio Tejo e depois olharmos para a margem sul do Rio Tejo e percebermos a gestão que foi feita nos executivos da margem norte do Rio Tejo e a gestão que tem sido feita na margem sul do Rio Tejo. Portanto, é muito clara essa diferença.

Aquilo que nós verificamos, é que de facto, como disse o Senhor Vereador Filipe Pacheco, na verdade o que está a bombar em Almada não é o Mercado da Romeira, o que está a bombar em Almada são o preço das casas, isso é que está verdadeiramente a bombar;

O que está a bombar em Almada é a forma como têm gerido as Terras da Costa, exatamente como aqui disseram, denominando as pessoas que lá vivem, muitas delas descendentes dos tais retornados como ilegais;

O que está a bombar também é falta de paragens de autocarros seja à chuva, seja ao sol;

O que está a bombar também é o investimento desmesurado na cultura em vez de ser nos serviços que de facto fazem falta no dia a dia das pessoas;

O que está a bombar também é o trânsito diário no acesso a Lisboa e o que está a bombar também são as condições que todos aqueles que trabalham diariamente e se levantam cedo, têm que passar quando vão utilizar os comboios da Fertagus.

Depois temos também a questão dos Mercados Municipais, o apoio que este executivo tem dado aos Mercados Municipais também está a bombar, eles estão vazios, as infraestruturas estão todas degradadas, e tenho uma resposta que talvez possa aqui sustentar ou clarificar, ou iluminar os senhores municípios. Quando nós vemos a



Revista Editorial de Almada, podemos ver que o que diz a Senhora Presidente da Câmara Municipal, e devemos dar nota do que diz a Senhora Presidente, porque ela de facto é a cabeça deste executivo, é que neste novo mandato quer aprofundar essa vocação, descentralizar a programação cultural para que chegue com a mesma qualidade a todas as Freguesias, continuar a diversificar o teatro, mas também a dança, a música, as artes visuais e o cinema. E sobretudo investir no projeto pedagógico municipal, porque a cultura só se renova quando há várias gerações a descobri-la e a pô-la em causa como deve ser. Portanto, isto é o programa de Almada e quanto a isso não temos mais nada a dizer.”

5.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Lina Cristina Gonzalez (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu só queria aqui fazer duas perguntas ao executivo. Nomeadamente, perguntas feitas pelos munícipes e eu acho que eles não ficaram esclarecidos e por essa razão que muitas vezes venham novamente fazer as mesmas perguntas porque as respostas não são esclarecedoras.

Acerca do Bairro do Matadouro, nós sabemos que há reuniões e que ainda não chegaram a consenso entre o IHRU e a Câmara Municipal, mas aqui a pergunta e eu penso que o munícipe que fez a pergunta não ficou esclarecido, é o que é que até lá a Câmara Municipal pode fazer ou está a fazer, para mitigar os problemas do Bairro do Matadouro, nomeadamente, a nível da segurança e de geradores, por exemplo, que aí já não depende do IHRU.

Outra pergunta que também quero deixar ao Senhor Vice-Presidente Filipe Pacheco e que foi feita pelo Senhor Munícipe António Sousa acerca da Romeira.

Nós sabemos que há projetos para a Romeira, que são projetos ótimos, que no futuro vai ficar uma zona desenvolvida e possivelmente com muita segurança porque vai lá ter o Espaço Cidadãos etc. Mas até lá e eu acho que são essas a pergunta e a dúvida dos munícipes, até lá o que é que a Câmara Municipal está a fazer? Todos sabemos que aquela é uma zona altamente insegura. A Romeira se calhar a esta hora está a bombar, mas os próprios empresários que têm lá, e já se reuniram com o executivo da Câmara Municipal que nós sabemos, têm feito queixas e até deram algumas sugestões, o que é que se pode fazer até lá? Porque nós sabemos que estes projetos, embora tenham depois de finalizados, sejam uma mais valia para a Cidade, o problema é o até lá porque nós sabemos que isto pode levar até anos. E até lá, as pessoas que moram ali ou que vão ali, estão numa situação de completa insegurança e insalubridade.

Eu acho que estas temos são respondidos para o futuro com os futuros projetos, não do que se pode fazer ou se pode mitigar e daí que nós depois ouçamos os munícipes realmente virem aqui várias vezes repetir as mesmas perguntas. Porque no fundo, estamos sempre a chutar as respostas para a frente e isso não são soluções.”

5.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar aqui uma nota sobre o Arsenal do Alfeite que acho que é importante.

Fala-se e há alguns partidos políticos que reiteram o compromisso ou o desejo que o Arsenal se mantenha como uma empresa pública, na esfera pública, mas na realidade o Arsenal continua a ser uma empresa pública na esfera pública, é uma S.A, tutelada pelo Estado, que eu saiba a 100%, por isso faz-me às vezes até um bocadinho confuso deste tipo de iniciativa, porque estamos a falar de uma empresa que não mudou de mãos, ainda, e que infelizmente e aí concordamos, que tem que ter ou que teve durante alguns anos falta de investimento, mas eu acho que cada vez mais esta empresa tem que ser um meio do próprio Estado e da Defesa Nacional, para a manutenção da Marinha e não só, até de outras Marinhas estrangeiras como já aconteceu e reiterar o compromisso com o Arsenal do Alfeite e com os seus trabalhadores.

Por isso, não vale a pena estarmos a falar daquilo que ainda não existe nem está previsto existir.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.3.8 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu nos dois minutos que tenho e há sempre forças políticas que deixam as perguntas para fim, mais do que questões o que deixam é declarações políticas.

Mas, tentando responder às questões começo pela Senhora Deputada Municipal Lina Gonzalez, porque acho que parte ou senão todas as questões, eu poder-lhe-ia chamar questões boomerang, porque eu acho que elas seriam melhor colocadas ao PSD, que hoje em dia tem os destinos do Governo do nosso país, porque como bem sabemos, na área da segurança isso diz respeito às forças de segurança e concretamente muito ajudaria se respondessem ao acréscimo de meios que este Município já solicitou nomeadamente, para as forças de segurança PSP e GNR. Aliás, a primeira carta que escrevemos a este Governo quando tomou posse, foi precisamente, ao Ministério da Administração Interna, pedindo reforço de meios. Portanto, grande parte dos problemas de segurança que estamos a falar, seja nas zonas do Bairro do Matadouro, seja nas zonas da Romeira, muito beneficiariam do reforço de meios que estão ao alcance do Governo.

Relativamente às questões que foram colocadas da Romeira. A resposta estrutural é mesmo dar vida aquela zona do território, sendo certo que é isso que estamos a fazer e agradeço o elogio aos vários projetos que ali temos, sendo certo que depois há uma dimensão de intervenção social que tem existido, e eu não tenho tempo para detalhar tudo aquilo que temos feito, tendo sido de forma permanente e os Senhores Deputados Municipais sabem, naquelas zonas com equipa de intervenção social, concretamente com as pessoas que lá ocupam ilegalmente aquela zona, mas vão lá as equipas, a Proteção Civil, a Intervenção Social e aquelas comunidades voltam a estar ali. É um problema complexo que só se resolve de forma estrutural, dando vida a todos aqueles edifícios que estão devolutos que é isso que estamos a fazer.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Mário Paracana. Eu percebi que parte da intervenção que trazia já estava escrita anteriormente, disse que as respostas que eu dei foram vagas, eu acho que mais vago foram as críticas às eventuais respostas que eu não dei. Aquilo que lhe posso dizer é que, o elogio que fez à margem norte, penso que se estava a referir a Lisboa, certamente sabe, as décadas de governação do Partido Socialista que a margem norte teve e, portanto, agradecer esse elogio, é precisamente isso, precisamos tempo, mas é precisamente isso que queremos transportar para a margem sul.

Retive a sua reflexão do “investimento desmesurado em cultura”. Portanto, já sabemos e todos os almadenses ficaram a saber, que para o CHEGA investe-se demais em cultura, eu percebo porque é que acha isso, porque vocês geminam e desenvolvem-se precisamente onde não cultura e é disso que querem beneficiar.”

5.4 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Mário Daniel Paracana (CHEGA);

5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho que de alguma forma solicitar um pedido de esclarecimento relativamente às últimas declarações que fez o Senhor Vereador.

“O CHEGA não germina em locais onde não existe cultura”. Portanto, gostava que o Senhor Vereador elaborasse na sua expressão, que afirma que o CHEGA germina em ambientes onde não existe cultura. Foi isto que o Senhor Vereador acabou de dizer e eu gostava que ele elaborasse isso.

De facto, o CHEGA tem germinado a nível nacional entre a população portuguesa, porque de facto, as décadas do Partido Socialista que nos conduziram a três bancas rotas, ao caos da imigração desregulada. Portanto, todo o caos que o PS tem vindo a deixar quer na justiça, quer na imigração, quer nos serviços, quer na segurança e por aí fora, os portugueses têm de facto germinado numa revolta clara contra essa forma de governação e é aí que o CHEGA tem sobretudo germinado, é na defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses.



Eu não vejo onde é que isto se incluem na falta de cultura, mas sim, temos prioridades bastante diferentes e isso está à vista precisamente no Concelho de Almada.”

5.4.2 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 2, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

5.4.2.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Mário Paracana, não me vai levar a mal, a única coisa que me ocorre é que, precisamente, “paracana morre o peixe”. É porque precisamente, aquilo que referiu demonstra que em nada a honra foi atacada, que no fundo fica o registo para todos os almadenses, de que o CHEGA acha que Almada investe demasiado, “um investimento desmesurado em cultura”. É a informação que temos retida para todos os almadenses.”

5.4.2.2 – Usou da palavra o Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA);

5.4.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se o Senhor Presidente considera normal que fazemos jogos com os nomes próprios dos Deputados Municipais, nós já percebemos que a Mesa não respeita os Deputados Municipais. Mas, ainda assim, se vai iniciar a ser prática nesta Assembleia Municipal baixarmos a este nível, acho que não é muito correto.”

5.4.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS);

5.4.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, é para clarificar o que é uma defesa da honra e se calhar o Senhor Presidente poderia fazê-lo de forma pedagógica, para que todos os Deputados Municipais, incluindo o Deputado Municipal Mário Paracana, percebesse exatamente o que é uma defesa da honra e doravante eu pedia que fosse cumprido o Regimento, e, portanto, que a defesa da honra fosse utilizada quando se trata de facto, de uma defesa da honra.”

5.4.4. – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal João Luís Couvaneiro (PS);

5.4.4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Vice-Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regimento da Assembleia Municipal é publico, recomendo que todos os Senhores Deputados Municipais o possam ler.

Relativamente à defesa da honra, é um conceito com uma latitude razoavelmente vasta e sabemos que há pessoas que se ofendem mais facilmente que outras. Portanto, isso é naturalmente, qualquer que têm que ser os próprios a avaliar e por isso é tudo o que tenho a dizer.

O Regimento é público, as pessoas têm o direito a sentirem-se ofendidas e nós temos o direito a considerar se há um excesso de suscetibilidade ou não.”

5.4.5 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA);

5.4.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos até aqui um pouco na sequência do que foi lembrado pela senhora Deputada Municipal do Partido Socialista, relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal.

Portanto, está bastante claro qual é a grelha de tempos, ficou claro no início da intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que tinha dois minutos para falar, o Senhor Vice-Presidente falou três minutos e a Mesa não fez aquele que era o seu trabalho. Era só para também seguir o Regimento.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (nada a apresentar).

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (Continuação).

7.1 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Parcela B, da Rua de Angola, Cova da Piedade. Transmissão do Direito de Superfície destinado à construção do Pavilhão do Ginásio Clube do Sul”;

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS);

7.1.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trazemos hoje à apreciação desta Assembleia Municipal, a proposta 72/2026, relativa ao Direito de Superfície constituído sobre o prédio municipal situado na Cova da Piedade, onde foi edificado o Ginásio Sede do Ginásio Clube do Sul.

Como é do conhecimento de todos, o Município é proprietário do terreno, tendo constituído em 1979 um direito de superfície gratuito por setenta anos, com finalidade clara de promover atividade desportiva, cultural e associativa.

Esse foi e continua a ser o interesse público que preside à decisão municipal.

O que mudou, entretanto, foi a realidade do titular desse direito.

O Ginásio Clube do Sul foi declarado insolvente em 2024, no âmbito de processo judicial, tendo o respetivo direito de superfície sido apreendido para a massa insolvente e colocado em venda judicial.

Após várias tentativas de alienação sem propostas, surgiu uma oferta concreta, apresentada pelo Clube de Campismo do Concelho de Almada.

É neste contexto, que o Município é chamado a decidir se exerce ou não o seu direito de preferência. E é precisamente aqui que importa clarificar a natureza e o alcance desta decisão.

Importa primeiro lugar, referir que o Município não está a alienar património próprio, nem a abdicar da propriedade do terreno. A propriedade municipal mantém-se integralmente. O que está em causa é apenas a transmissão de um direito de superfície já existente, por um prazo determinado e com cláusulas muito rigorosas de salvaguarda do interesse público e do interesse municipal.

Dar nota também, que as condições essenciais da concessão permanecem salvaguardadas. Mantem-se as regras de utilização do espaço para fins associativos, culturais e desportivos, o prazo já definido até 2046, o dever de conservação e elemento particularmente relevante, a reversão integral das construções para o Município, nos termos do direito sem qualquer indemnização. Ou seja, o Município preserva o controlo jurídico e patrimonial do imóvel e garante a sua futura integração plena no património municipal.

A tudo isto acresce ainda, que a Câmara Municipal mantém instrumentos efetivos de tarde, a transmissão depende da autorização municipal, as condições podem ser revistas e qualquer incumprimento pode determinar a extinção do direito de superfície, por decisão da própria Câmara Municipal.

Isto significa que o interesse público não apenas é protegido, é ativamente acompanhado e fiscalizado. Para uma melhor compreensão desta proposta, importa olhar para a alternativa real. O exercício de direito de preferência, implicaria que o Município assumisse diretamente encargos financeiros significativos e



responsabilidades imediatas de gestão, manutenção e requalificação do espaço, sem que tal fosse necessário para garantir o interesse público já juridicamente protegido.

Não existe qualquer vantagem estrutural para o Município em antecipar agora a reversão de um direito que por natureza é temporário e já reverterá integralmente para o domínio municipal no prazo fixado.

O que existe isso sim, é a possibilidade de assegurar a continuidade de uma utilização associativa relevante no Concelho, através de uma entidade local, sem honorários, cofres municipais e mantendo intactas todas as garantias jurídicas existentes.

Considera-se, portanto, que a solução aqui proposta é equilibrada, prudente, coerente, com o princípio da boa gestão do património público.

Por fim, importa sublinhar, que esta decisão não representa um afastamento do interesse municipal, antes pelo contrário, preserva a propriedade pública, assegura a função social do espaço, evita encargos desnecessários e mantém todas as garantias de reversão futura.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

A proposta que hoje apresentamos, é acima de tudo, uma decisão de responsabilidade patrimonial, de racionalidade financeira e de continuidade do interesse público.

Nestes termos, propõe-se naturalmente, à submissão à Assembleia Municipal, dar a autorização para o não exercício do direito de preferência, e consequentemente, a aprovação da alienação do direito de superfície ao Clube de Campismo do Concelho de Almada, nos termos do processo judicial em curso.

É esta a proposta que está neste momento à vossa consideração e que naturalmente, estou disponível para esclarecimentos adicionais que entendam por conveniente.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Marta Belmonte Pereira (IL), Mário Daniel Paracana (CHEGA), a Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS) e ainda o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS).

7.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a este ponto 3.7, a Iniciativa Liberal vai fazer o seu sentido de voto como favorável.

A Iniciativa Liberal reconhece que esta proposta procura resolver uma situação complexa, resultante da insolvência do Ginásio Clube do Sul, garantindo a continuidade de utilização do equipamento com relevância para Almada.

Está em causa a decisão do Município não exercer o direito de preferência sobre o direito de superfície da Parcela B, da Rua de Angola, permitindo a sua transmissão ao Clube de Campismo do Concelho de Almada.

Para a Iniciativa Liberal a prioridade deve ser sempre a boa gestão dos recursos públicos, não faz sentido que o Município assumira uma despesa elevada para adquirir antecipadamente um direito que regressará ao património municipal, no termo do prazo legalmente aplicável, ainda por cima competências custos adicionais de manutenção e gestão.

Contudo, exigimos rigor e transparência. É indispensável, porém, esclarecer definitivamente, qual o prazo efetivo do direito de superfície, se 2046 ou 2060? Porque essa diferença tem impacto direto no valor económico do ativo e na defesa do interesse municipal.

Temos um documento que na caderneta predial o registo é de 1990, numa doação de quarenta anos. Portanto, permanece esta dúvida.

Assim, acompanhamos o princípio do não exercício do direito de preferência desde que exista total segurança jurídica e salvaguarda do interesse dos almadenses.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de iniciar a nossa posição relativamente a este assunto, queria dar três notas.

A primeira, é que existem dirigentes do Clube tanto atuais como antigos, que têm o salário congelado devido a circunstâncias financeiras que o Clube atravessou e que podiam ter sido evitadas.

Como sabem o Clube esteve nove meses fechado durante a pandemia e mais seis meses em que o Bingo, que era uma parte que também compunha este Clube e que também traria alguma liquidez para o Clube, esteve com uma dinâmica de atividade muito fraca.

As contas do Clube foram sempre aprovadas pela Administração e pela entidade do Turismo de Portugal, naquilo que é a sua competência em funções de fiscalização e auditoria, em contextos específicos de financiamento.

Temos também algumas diligências que foram tomadas no sentido de tentar preservar o Clube, nomeadamente, no Edital número 36/2024, onde se exigia ao executivo desta União de Freguesias que tomasse diligências necessárias com a Câmara Municipal de Almada, para que exercesse o direito de preferência, não sabemos qual é que foi o resultado deste Edital. Mas de facto, esta situação esteve também numa circunstância de insolvência e de leilão, onde o Clube se encontra com uma situação de insolvência.

O seu Pavilhão localizado na Cova da Piedade está atualmente em hasta pública no site e-leilões, com valor base de 2.200.000.00€ (dois milhões e duzentos mil euros). Portanto, foi esta a circunstância em que se encontrava. O Pavilhão foi construído com o apoio público, tendo a Câmara Municipal de Almada contribuído à data com noventa mil contos o que equivale hoje a 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros), e o terreno onde se localiza é municipal cedido em direito de superfície.

É considerado uma infraestrutura de excelência nacional um ícone inclusivamente em Almada, e uma escola de campeões promovendo modalidades como o Judo, Karaté, Andebol e Ginástica. Atualmente, cerca de quatrocentos a quinhentos atletas utilizam o espaço semanalmente.

Anteriormente o PSD alertou para a gravidade desta situação, criticando a inação da Câmara Municipal desde 2022, sendo requerida documentação sobre o acordo inicial entre o Clube e a Câmara Municipal, incluindo o registo dos direitos de superfície.

Esteve prevista a convocação de uma Assembleia Municipal Extraordinária, que pelo que tenho conhecimento nunca ocorreu, para deliberar sobre a autorização do exercício do direito de preferência pela Autarquia na aquisição do Pavilhão caso fosse necessário.

Foi recomendada a abertura de negociações com a administração de insolvência para alcançar um acordo que protegesse o património.

Entretanto, numa ata, a ata n.º 8, de 25 de outubro de 2024, está escrito que o Senhor Vereador Filipe Pacheco afirmou e podem consultar naturalmente esta ata, afirmou que a proteção do uso desportivo do local está garantida e que a Câmara Municipal de Almada já deliberou que, e cito: “Não há venda nenhuma”, assegurando que o espaço não será desviado da sua função atual.

Nós não acreditamos naquilo que foi aqui dito, acreditamos que nesta proposta é claro que um titular do direito foi declarado insolvente, o direito de superfície foi apreendido para a massa insolvente e está a ser objeto de venda judicial.

A própria proposta reconhece que as condições relativas à atividade e sede do Ginásio Clube do Sul terão de ser alteradas no futuro, isto é um procedimento jurídico que vai contra aquilo que a Senhora Vereadora acabou de dizer.

Mais grave, um direito gerado a partir de um ativo público, está hoje a ser convertido em valor económico em contexto de insolvência e o Município limita-se a assistir.



Eu não sei se os Senhores Deputados Municipais reconhecem o que está aqui a acontecer, mas quando este executivo abdica de intervir na gestão de um ativo desta relevância, sem justificar essa opção, transmite um sinal de total desinteresse pela defesa do património público. Isto não é gestão isto é ausência de gestão.

O que aqui é proposto a esta Assembleia Municipal, é autorizar a não intervenção do Município, sem que sejam apresentadas condições concretas para o uso futuro do espaço, garantias reforçadas de interesse público ou uma estratégia definida por aquele ativo.

Este é um exemplo perfeito da irresponsabilidade e descuido da gestão patrimonial.

Ora vejamos, estamos perante um direito que foi concedido gratuitamente pelo Município e que após ter sido onerado, integrado, num processo de insolvência, está agora a ser alienado por 1.031.000.00€ (um milhão e trinta e um mil euros). Ou seja, um direito gerado a partir de um ativo público está a ser convertido em valor económico sem que o Município exerça o seu direito de intervenção.

Noto também, que nenhum Grupo Municipal exigiu uma fundamentação política até agora e isso é preocupante. Não nos foi apresentada qualquer análise custo benefício do eventual exercício do direito de preferência, não nos foi apresentado qualquer ponderação sobre o valor estratégico do ativo nem nos foi apresentado qualquer estudo sobre o impacto futuro da sua utilização.

Senhores Deputados Municipais,

A Assembleia Municipal não deve assumir um papel meramente confirmativo de decisões políticas, quando estas não se encontram devidamente sustentadas, sobretudo quando estão em causa ativos municipais de elevada relevância.

O Grupo Municipal do CHEGA entende que o interesse público não se encontra salvaguardado, a decisão carece de fundamentação estratégica económica e o Município está a abdicar sem justificação adequada, de um instrumento relevante como é o direito de preferência.

O CHEGA votará contra este flagrante exemplo de irresponsabilidade política e patrimonial.

Questiono por isso qual é a posição dos Vereadores do PCP em relação a esta matéria.

A causa pública está acima de interesses partidários, não são os interesses de uma elite escolhida que se sobrepõe aos desígnios coletivos, respeitem a história, os méritos, os esforços e o futuro desta instituição centenária, não permitiremos mais injustiças. Viva o Ginásio Clube do Sul.”

7.1.2.3 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Após esta intervenção, aliás, eu fiz questão de não ler como os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas Municipais verificaram, não ler a proposta, porque ela está presente a esta Assembleia Municipal, mas trazer aqui um documento preparado que dá nota de algumas circunstâncias que foram aqui afloradas pelo Senhor Deputado Municipal do CHEGA e que estão respondidas com: sim, sim, sim.

Portanto, relembrar aquilo que é fundamental da minha intervenção e que naturalmente, contradita um pouco aquilo que concretiza na sua própria intervenção.

O Município já é proprietário do terreno e continuará a sê-lo Senhor Deputado Municipal. O Município continua a ter o direito de superfície. O que não faz sentido é que o Senhor Deputado Municipal apele ao exercício de direito de preferência por parte do Município, quando ele vai exercer ou pagar um preço em termos de gestão autárquica, por aquilo que já é seu. Isso é que é má gestão pública, Senhor Deputado Municipal, não me leve a mal, e eu sou Jurista de Formação. E sim, é má gestão pública.

Aquilo que o Senhor Deputado Municipal veio aqui apelar, foi que o Município (...) em cima daquilo que já é seu. Aquilo que o Município tem que salvaguardar é o interesse público. E o interesse público salvaguarda-se quando



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

o Município fiscalizando, deverá garantir que o edificado será utilizado em benefício da comunidade para os mesmos fins e para os mesmos princípios. E isso está devidamente salvaguardado.

A utilização do imóvel não é livre, está juridicamente condicionada e o Senhor Deputado Municipal sabe isso. O Município mantém poderes (Senhor Deputado Municipal, eu ouvi-o com atenção enquanto esteve a proferir a sua intervenção, serena e tranquila, no sentido de poder contraditar. O exercício da contradita também é fundamental nestas questões. Há direito à réplica, à tréplica, como sabe. Portanto, permita-me, por favor, neste momento, sendo certo que o Senhor Deputado Municipal poderá vir a intervir após a minha intervenção, esse é um direito assumido em liberdade e em democracia, mas agora eu se me permitisse gostaria de não ser interrompida.)

O Município mantém poderes de autorização, mantém poderes de fiscalização, a revisão de condições e extinção do direito em caso de incumprimento. Ou seja, o controle público da função do espaço mantém-se plenamente salvaguardado.

O que é que o Senhor Deputado Municipal propõe? Que o Município salvaguardando este direito e o seu próprio direito de superfície, que sempre reverterá ao Município, ainda vá pagar, por via de uma insolvência cuja origem não é da sua responsabilidade? O que é que está a pedir aos almadenses? Que nós coloquemos dinheiro num processo de insolvência? É isso que o Senhor deputado Municipal está a sugerir? É má gestão pública.

Portanto, eu permitir-me-ia terminar a minha intervenção apenas dizendo isto: quando se gere o dinheiro de todos, a gestão tem que ser serena, tranquila, segura, séria e deve acima de tudo cumprir os mais básicos direitos que são os direitos da disposição no estritos e nos precisos termos legais.

O que propomos aos Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas Municipais, tem um enquadramento legal preciso e salvaguarda o interesse público municipal. É esse o nosso interesse.”

7.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Portanto, em 2024 tinha uma posição, em 2026 tem outra posição, ficou claro. Apenas mudou o orador, porque de facto, em 2024 tudo aquilo que eu disse era verdade, em 2026 deixou de ser verdade e passou a ser má gestão. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, é que estamos aqui a falar de um ativo que tem um valor matricial de seis milhões e qualquer coisa euros, e estamos a entrega-lo por um milhão e qualquer coisa euros. Aqui está o interesse patrimonial que a Câmara Municipal tem naquele que é o seu património e os seus ativos.

Em terceiro lugar, até como aqui afirmou aqui a Senhora Deputada Municipal da Iniciativa Liberal, nem sabemos qual é prazo no contrato que estará alocado a esta transação. Se são vinte anos, se são quarenta anos, não percebemos muito bem.

Portanto, se conseguir esclarecer que de facto, em 2024 o vosso posicionamento era bastante forte até pelas atas que estão registadas dessas Sessões, o que é que vos fez mudar esta gestão que é séria, tranquila e em prol dos Almadenses em 2026?”

7.1.2.5 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, dar nota que a leitura que faz é uma leitura salvo melhor opinião, é a minha opinião pessoal, que é ligeiramente enviesada, porque o Município não muda de interlocutor. O Município neste momento é representado por uma equipa de eleitos, eleitos esses que tomam decisões coletivas, independentemente de quem é a voz e quem produz a intervenção, quem está neste momento perante vós é a Câmara Municipal. Portanto, não interessa se é o Senhor Vereador Filipe Pacheco, se é a Senhora Vereadora Francisca Parreira, se é o Senhor Vereador Ivan Gonçalves que profere as declarações. Aquelas que eu estou aqui a transmitir são as decisões da Câmara Municipal, até porque esta proposta que vem à Assembleia



Municipal, é uma proposta que também já foi votada em reunião de Câmara Municipal. E o Senhor Deputado Municipal sabe isso.

Portanto, eu estou aqui e sou a voz neste momento, mandata para o efeito, de um executivo municipal. Portanto, eu aqui não sou a Vereadora Francisca Parreira, sou a voz do executivo municipal que já deliberou e já tomou uma decisão. Primeira questão.

Segunda questão, eu acho que a Câmara Municipal aqui foi coerente num processo que é longo e complexo. Não era possível ter tomado outra decisão que não fosse a que agora é apresentada a vossas excelências. E porque, em bom rigor, está subjacente a esta proposta um direito de superfície que é nosso e que reverte para o Município em 2046. Portanto, a Câmara Municipal não teria que abrir mão desse direito de superfície, como não vai abrir e teria era garantindo a salvaguarda do interesse público e a própria manutenção do objeto e da missão do Clube, que também é fundamental, ele seria vocacionado para a mesma missão que já tem hoje em dia. E até porque, salvaguarda também com isso, uma comunidade inteira de famílias, de atletas, de dirigentes e digo-lhe mais e não me coíbo de o dizer aqui publicamente, e dirijo-me diretamente a si, não foi a Câmara Municipal, que conduziu ou produziu, todo o processo que levou à insolvência deste Clube. Não é a Câmara Municipal que é responsável. A Câmara Municipal foi acutilada para intervir após um processo de insolvência. E quando tem que resolver este processo de insolvência, tem que olhar a diferentes interesses, mas acima de tudo na egito da sua decisão, tem que sempre o interesse municipal subjacente; a proteção da comunidade; a proteção da vocação daquele próprio edificado e salvo melhor opinião, e poderá responder naturalmente, e eu acho que a proposta está muito bem apresentada, está muito clara, tem toda a informação, eu creio que Senhor Deputado Municipal, independentemente das visões que nos dividem, que isso é também normal, é natural, esta proposta é uma proposta que tem todo o rigor jurídico coassociado e que preserva o interesse público municipal.

Terminaria aqui, naturalmente disponível para outras questões que não entendam, outras dúvidas, relativamente à própria proposta, mas terminaria aqui dizendo: sim, o processo foi longo, sim o processo foi complexo, sim o processo teve nuances, sim o processo inclusivamente teve participação da Câmara Municipal que falou com a administradora da insolvência e a Câmara Municipal não esteve ausente em todo este processo, esteve a conduzi-lo e esteve a prepara-lo. E sim, podemos ter hesitado em alguns momentos, é da contenção humana, quem governa às vezes tem dúvidas, quem governa às vezes hesita, mas quem governa tem que tomar decisões. E que está hoje presente nesta Assembleia Municipal é uma proposta de decisão que também já foi tomada pelo executivo e que eu sou porta-voz.”

7.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a sua resposta, porém mantem-se a mesma questão. Porque é que em vez de personificarmos esta questão, porque é que a instituição Câmara Municipal independentemente do seu interlocutor em 2024 tinha uma posição e em 2026 tem outra posição. Essa uma questão que ficou.

Depois naquilo que diz relativamente aquilo que é proteção da comunidade, o objeto da instituição e por aí fora, divergimos, isso é uma questão política, nós achamos que o Município deve salvaguardar aquele que é um monumento almadense com cento e seis anos de história, vai fazer dia 7 de maio cento e seis anos de história e acho que Almada devia de facto estar ao lado daquilo que é o interesse e a história, o mérito e o futuro daquilo que são as suas instituições e aí divergimos. E é tão simples quanto isso.

Quanto à proposta eu nunca critiquei a proposta, a proposta é clara tem dois pontos, se o executivo já votou nós não consideramos que exista aqui alguma superioridade ou inferioridade institucional, foi votado precisamente numa instância e se é necessário vier a outra instância, então nós estamos a dar a nossa opinião e nesse ponto acho que devemos ter a humildade institucional suficiente independentemente da nossa função relativa, somos porta-vozes ou não.

Portanto, essa é nossa posição que também deve ser aceite democraticamente e que foi criticada naquilo que é o seu objeto e na sua finalidade e não a proposta em si. Eu nunca falei nos dois pontos que é a solicitação do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

não exercício do não direito de resposta e verificando-se o primeiro ponto que o executivo tome as diligências necessárias nesse sentido. Não foi isso que eu critiquei, foi o processo político e a decisão exatamente que o executivo transformou em dois anos e nos está a apresentar agora.”

7.1.2.7 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Mário Paracana, apenas para referir em nome do executivo que nós não compreendemos porque é que é dito que o Município mudou de posição durante este tempo porque precisamente tivemos sempre a mesma posição. Eu aliás, e há pouco citava declarações minhas ou pelo menos intervenções minhas neste órgão e em reunião de Câmara, nós sempre afirmamos não só por mim, pela Senhora Presidente de Câmara, que quando referimos que não existiria venda, não existiria venda para outros fins que não os desportivos exatamente como lá estão. Eu acho que qualquer Senhor Deputado Municipal ou Vereador do executivo, pode confirmar estas declarações.

Portanto, uma coisa é termos declarações truncadas, outra coisa é termos as declarações na totalidade.

Alias, em termos de mudança de posição, se eu vejo mudança de posição eu essa vejo-a apenas no CHEGA. Porque precisamente sobre a mesma proposta o CHEGA votou-a favoravelmente em reunião de Câmara e aqui afirma que votará contra. Portanto, nós nessa dimensão nós mantemos exatamente o mesmo posicionamento que é de garantir o uso, é garantir as centenas de atletas que semanalmente lá praticam atividade desportiva exatamente de que, não permitiríamos a venda para outros fins que não fossem os desportivos exatamente como lá estão. A entidade que aqui está, precisamente até alias, já veio a publico, dizer que garantia exatamente isso.

Portanto, nessa dimensão eu penso que está tudo esclarecido.”

7.1.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA).

7.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu durante a minha intervenção fiz uma questão ao executivo do PCP e gostaria só, se possível, que se pronunciassem acerca desta matéria.”

7.1.4 – Usou da palavra o Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) pedindo escusa na votação da proposta do ponto 3.7 da ordem de trabalhos - Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Parcela B, da Rua de Angola, Cova da Piedade. Transmissão do Direito de Superfície destinado à construção do Pavilhão do Ginásio Clube do Sul”;

7.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 1 da eleita do LIVRE, 1 da eleita da IL; 13 votos contra sendo 7 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 6 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra (não tendo votado o Deputado Municipal Luís Pedro Durão, invocando conflito de interesses); 1 abstenção da eleita do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprova a alienação do direito de superfície constituído sobre o prédio urbano, composto de parcela de terreno com a área de 4.528,12m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o n.º 1684/000328 da Freguesia da Cova da Piedade, atualmente inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas sob o artigo 5716 com o valor



patrimonial tributário de 6.876.791,96 € (seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e um euros e noventa e seis centimos), a favor de Clube de Campismo do Concelho de Almada, com o NIPC 500 960 550, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de fevereiro de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-72-DPAT.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.8 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alienação a título gratuito. Doação e constituição de Pacto de Preferência, do prédio urbano, sito na Rua Cabo da Boa Esperança, n.º 4, na Freguesia de Cova da Piedade, a favor da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”;

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS);

7.2.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Município de Almada é proprietário do prédio urbano, sito na Rua Cabo da Boa Esperança, n.º 4, da Cova da Piedade.

A União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, solicitou a alienação gratuita do referido imóvel com vista à instalação de um posto de atendimento da Cova da Piedade, atualmente a funcionar em instalações arrendadas que apresentam graves problemas de infiltrações e não reúnem as condições adequadas.

O imóvel encontra-se devoluto e foi avaliado em 342.600.00€ (trezentos e quarenta e dois mil e seiscentos euros). A União de Freguesias compromete-se a assumir os encargos de adaptação e reabilitação necessários.

Atendendo ao interesse público da finalidade, a decisão de alienação foi apreciada pela Câmara Municipal, foi aprovada por unanimidade, sendo agora submetida à Assembleia Municipal, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Está à vossa consideração Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais.”

7.2.2 – No debate usaram d palavra os/as Deputados/as Municipais Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE), Marta Belmonte Pereira (IL), Ana Catarina Ribas (PSD) e ainda a Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

7.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Reforçar os serviços de proximidade numa Freguesia onde o atual posto tem infiltrações graves, isso é um princípio que o LIVRE apoia e por isso o LIVRE vota a favor.

Contudo, gostaríamos de compreender melhor a fundamentação da opção tomada, porque se optou pela doação e não por um outro instrumento como o direito de superfície ou comodato?”

7.2.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao ponto 3.8, o sentido de voto da Iniciativa Liberal é favorável.

A Iniciativa Liberal defende uma gestão pública baseada na eficiência e no respeito pelo contribuinte. Perante a degradação do atual posto de atendimento da Cova da Piedade, a solução apresentada exige um escrutínio rigoroso.

Embora o imóvel municipal esteja devoluto, e a transferência vise melhorar o serviço público, não podemos ignorar que se trata de uma doação de património avaliado num valor elevado.

Para a Iniciativa Liberal, a descentralização não deve ser um cheque em branco. É positivo que a União de Freguesias assuma os custos da reabilitação aliviando o esforço direto da Câmara Municipal, mas exigimos total transparência neste processo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Apoiamos a inclusão do pacto de preferência com eficácia real, pois garante que um ativo pago pelos munícipes não seja alienado a terceiros no futuro.

No entanto, recordamos que a melhor forma de servir Almada é garantir que cada euro de património público seja gerido com critério, evitando que a gratuitidade esconda insuficiências estruturais do Estado.”

7.2.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Catrina Ribas (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje, em particular e com especial carinho, um cumprimento especial aos serviços, aqui nas vésperas mesmo a horas da comemoração do Dia do Trabalhador.

Relativamente a este espaço que me é particularmente próximo, porque eu vivo em frente ao espaço em questão, obviamente o PSD vai votar favoravelmente no sentido de ele ser atribuído à Junta de Freguesia.

Tenho, no entanto, algumas questões que gostava de ver esclarecidas do ponto de vista da projeção para o futuro, nomeadamente, a questão da acessibilidade e do estacionamento naquela zona que é um bocadinho complicado e se isto está de alguma forma a ser discutido com a Senhora Presidente Maria Assis e se há aqui algum plano?

Depois, apelar aqui a duas coisas.

Uma coisa que para mim é fundamental, as minhas janelas dão de frente para aquele espaço, aquele espaço esteve literalmente ocupado ilegalmente durante uma série de anos, pelos menos um ou dois anos, se não me engano o espaço voltou para a Câmara Municipal em 2022. E o que eu queria apelar é que à semelhança deste espaço existem provavelmente outros espaços camarários que podem ser colocados ao serviço dos cidadãos e se calhar permitir ainda uma maior descentralização e, portanto, chamar aqui a atenção do executivo para esta questão. Basicamente dizer que me preocupa enquanto moradora da zona, e provavelmente preocupará todos os fregueses daquela União de Freguesias, depois a acessibilidade. Sabendo eu, no entanto, que caberá à Junta de Freguesia, segundo aquilo que li na proposta, efetuar as obras de recuperação e, portanto, só aferir se há aqui algum projeto nesse sentido.

Concorde-se ou não com as propostas do executivo ou com a argumentação ou argumentário das outras bancadas, eu acho que há mínimos olímpicos de dignidade para quem nos elegeu. E depois de ouvir a Senhora Vereadora Francisca Parreira, com quem eu posso não concordar como não concordei porque votei contra, não posso deixar de dizer que há coisas que nunca é tarde para nós aprendermos.”

7.2.2.4 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não poderíamos pôr esta proposta à votação sem naturalmente, responder às dúvidas colocadas e suscitadas aqui pelas Senhoras Deputadas Municipais. Que aliás, agradeço muito a participação sempre cordata e também preparada.

Dar nota que de facto, aqui um instrumento que pode ser elegido são naturalmente, em termos jurídicos e em termos estritamente formais, nós podemos eleger vários instrumentos para concretizar este fim. E a pergunta que me é colocada é: porque não é um contrato de comodato ou porque não é um direito de superfície e porque é que é efetivamente uma transferência de património para a União de Freguesias?

Caríssimos, serei muito clara, é uma opção política clara. Porque aquilo que se pretende, transferindo e não se trata de descentralização, nada disto cabe no âmbito dos contratos interadministrativos ou no âmbito do conceito da descentralização. É um efetivo conceito de assunção da transformação e alienação da propriedade que passará a ser propriedade da própria União de Freguesias.

E, demos este passo no sentido de que, queremos cumprir para além da descentralização e da transferência de competências para as nossas Uniões de Freguesia. É importante que elas também possam estar dotadas de algum património. É fundamental que as nossas Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia, possam mais à frente,



ter património que lhes permita ter escala, ganhar escala e inclusivamente, aceder a recursos, nomeadamente, candidaturas e outras, quando efetivamente, a sua dimensão quer orçamental que é sempre muito menor do que é de uma Câmara Municipal, aliás há Uniões de Freguesia, Juntas de Freguesia, que têm orçamentos reduzidíssimos e clara incapacidade de produzir receita e clara incapacidade de ir ao mercado adquirir seja o que for, para o exercício da sua função.

Portanto, é uma opção política de facto. A Câmara Municipal entende e aliás, eu já fui Presidente de Junta, pude sentir na pele o que é lidar com orçamento escasso, com a incapacidade de produzir receita, ter receita própria para fazer evoluir tudo o que são projetos que a Junta de Freguesia quer fazer evoluir na sua comunidade e o conceito de proximidade é um conceito vastíssimo, mas é preciso também investir e ter capacidade de investimento. Portanto, é de facto uma opção política.

O que trazemos aqui, é claramente um instrumento jurídico que pode ser utilizado porque legalmente é possível, mas tem associada uma dimensão e uma opção política que é dotar as juntas de Freguesia também de património próprio.”

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, encontrando-se fora da sala a Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprova a minuta da escritura da alienação, a título gratuito, do prédio sito na Rua Cabo da Boa Esperança, n.º 4, na freguesia de Cova da Piedade, Concelho de Almada, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o n.º 2351/20100604 da freguesia da Cova da Piedade, e inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, sob o artigo 4244, com o valor patrimonial de €190.522,44 (cento e noventa mil, quinhentos e vinte e dois euros e quarenta e quatro cêntimos), a favor da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Pessoa Coletiva n.º 510834221, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de março de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-122-DPAT.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.9 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Consulta Pública Final de Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais”;

7.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.3.1.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é a parte final do processo regulamentar de criação do Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais. Existiu toda a dimensão de levar a reunião de Câmara o projeto de regulamento, foi colocado a consulta pública, não tendo existido quaisquer contributos. Ainda assim, o executivo até considerando aquilo que é a legislação aplicável, promoveu uma reunião seja com o Serviço Municipal de Proteção Civil, também com as forças de segurança, neste caso Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, da qual resultaram alterações pontuais nalgumas dimensões que estão vertidas nesta proposta final e destacaria algumas alterações:

Basicamente passam a estar incluídas a totalidade das instalações desportivas sobre gestão do Município de Almada, incluindo as instalações desportivas escolares que também são alvo deste Regulamento;

No caso das cedências regulares passam estar definidos períodos horários preferenciais para diferentes utilizadores, e no caso também das cedências regulares, estabelece um período de candidaturas, no fundo regras para aceder a estes equipamentos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu aproveitava para finalizar, agradecendo bastante à Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos e a todo o Departamento do Desporto, porque acho que temos aqui um bom Regulamento, recolheu unanimidade na reunião de Câmara, temos um Regulamento muito atualizado face aquilo que têm sido as alterações legislativas nesta área nos últimos anos e, portanto, é uma ferramenta importante para continuarmos a utilizar e aceder na generalidade das instalações desportivas.

Estou disponível para qualquer questão.”

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Marta Belmonte Pereira (IL) e João Eixa dos Santos (PS) e ainda o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS).

7.3.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta de Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais, merece-nos aqui uma análise crítica sobre o prisma liberal.

É positivo o esforço da organização e a preocupação com a segurança, bem como a auscultação inicial dos clubes.

No entanto, não podemos ignorar que todo o processo revelou uma participação extremamente reduzida ou quase nula.

A ausência de contributos na consulta pública não pode ser interpretada como validação do Regulamento, mas antes como sinal de afastamento entre o Município e o tecido associativo.

Acresce que várias propostas relevantes dos clubes, com critérios claros na atribuição de espaço ou maior previsibilidade nos processos de candidatura, não são plenamente refletidas no documento final. Em vez disso encontramos um Regulamento marcado por excessiva rigidez e centralização administrativa.

Particular preocupação merece a exigência de procedimentos a doc para eventos que introduz incerteza.

Burocracia e potencia discricionariedade dificultando a iniciativa das associações e a dinamização da atividade desportiva.

Uma visão liberal exige regras simples, transparentes e estáveis, que promovam igualdade de acesso, concorrência saudável e autonomia do movimento associativo em vez de condicionar.

Assim, embora reconhecendo a necessidade de regulamentação, consideramos que esta proposta falha em garantir um equilíbrio adequado entre a segurança e a liberdade, razão pela qual nos abstermos.”

7.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa dos Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regulamento em discussão é um instrumento trabalhado, participado e ajustado à realidade das instalações desportivas municipais de Almada.

Não surge em abstrato, contou com o envolvimento do movimento associativo desportivo, com a qualidade dos trabalhos dos serviços técnicos e a devida articulação com a Proteção Civil, a PSP e a GNR. E isto é visível no resultado final.

O Regulamento está alinhado com uma lógica que hoje é essencial nas boas práticas europeias, nomeadamente com as três dimensões da Convenção de Saint-Denis do Conselho da Europa, garantir segurança, proteção e serviços.

Na esfera da segurança. O Regulamento reforça regras claras de conduta, controlo de acessos, deveres dos promotores e mecanismos de prevenção da violência, bem como comportamentos de risco. Ou seja, não trata a segurança como uma formalidade, organiza responsabilidades e cria condições para prevenir problemas.



Na esfera da proteção, preocupa-se com a integridade física, a saúde e o bem-estar de quem utiliza os equipamentos, praticantes, clubes, trabalhadores do público e demais agentes desportivos, Isto vê-se nas regras sobre a lotação, emergência, evacuação e condições de funcionamento das instalações.

Por fim, na esfera dos serviços, o Regulamento também melhor a resposta municipal, torna mais claras as regras de acesso, a utilização e cedência dos espaços, dando mais organização, previsibilidade e qualidade de utilização da rede desportiva.

Para além disso e conforme referido pelo Senhor Vereador, há duas melhorias muito concretas que importa sublinhar.

A primeira, é estrutural. Passa a existir um enquadramento único para todas as instalações desportivas municipais, isto garante coerência, regras uniformes e uma gestão mais eficiente da rede.

A segunda, é de justiça e previsibilidade. O Regulamento define horários preferenciais por tipo de utilizador, protegendo os escalões de formação mais jovens e antecipa os calendários de candidatura permitindo que os clubes e associações planeiem a época com maior estabilidade.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Estamos por esses motivos perante um Regulamento equilibrado e útil, melhora a segurança, protege melhor os utilizadores, organiza melhor os serviços e dá mais coerência à política desportiva municipal de Almada. E que, pelos motivos apresentados merece a aprovação desta Assembleia Municipal."

7.3.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para agradecer as intervenções e exatamente como disse o Senhor Deputado Municipal João Eixa, este Regulamento está conforme aquilo que são as melhores práticas que hoje conhecemos nesta área, protege utilizadores e referindo também aquilo que a Senhora Deputada Municipal Marta Pereira, referia relativamente à participação reduzida, aquilo que foi a nossa interpretação é, nestas situações quando se ausculta no devido tempo as entidades que possivelmente poderão ser impactadas ou mais impactadas por este Regulamento nomeadamente, clubes e quando aqui estamos a falar nós levamos este Regulamento também ao Conselho Municipal do Desporto, isso antecipa aqui algumas eventuais questões que possam ser acauteladas logo à priori daquilo que é o processo final de consulta pública.

Portanto, a interpretação que nós fazemos de não ter existido contributos no período de consulta pública, é um entendimento oposto até, de que não existiram contributos porque eventuais contributos que pudessem existir já estavam acautelados. Ainda assim, mesmo após o período de consulta pública não terem existido contributos, nós ainda promovemos uma última ronda neste caso com Proteção Civil e forças de segurança, precisamente para fazer os ajustes finais.

Portanto, acho que temos aqui um Regulamento muito robusto, muito equilibrado, e que precisamente como foi dito pelo Senhor Deputado Municipal João Eixa, protege os utilizadores."

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do Livre e 1 abstenção da eleita da IL, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprova o projeto de Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Almada, revogando o atual Regulamento Municipal de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Almada, Edital n.º 119/2019, de 18 de janeiro, publicado no Diário da República n.º 13, 2.ª Série, de 18 de janeiro de 2019, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de março de 2026, que aprovou a proposta n.º 2026-95-DGED.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da permuta dos lotes 13/27, 17/27A, 17/27B, 17/27C e 18/27, da parcela 27, sítos na Freguesia de Laranjeiro/Feijó”;

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.4.1.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma telegráfica, os documentos estão distribuídos, aquilo que eu diria é que esta proposta é uma proposta complexa do ponto de vista técnico, precisamente por isso é que o Município promoveu no início desta semana uma reunião para onde convocou todas as forças políticas no sentido de poderem ser esclarecidas quaisquer dúvidas técnicas sobre esta proposta.

É uma proposta muito longa, muito técnica, com um histórico que está descrito na proposta e no fundo, de forma resumida, estão reunidas condições para encerrar um longo processo que teve o seu início em junho de 1991, tinha eu três anos, e portanto, no fundo aquilo que existe aqui é o concretizar uma negociação que se arrastava há 35 anos, negociação entre o privado e também os técnicos da Câmara Municipal, envolveu diretamente juristas, urbanismo, planeamento e a proposta está distribuída e estamos naturalmente disponíveis para quaisquer questões de natureza política, porque evidentemente as técnicas foram remetidas porque é um processo tecnicamente muito complicado, para a reunião que promovemos na segunda feira passada.”

7.4.2 – No debate usou da palavra a Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL);

7.4.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta de permuta em apreciação, efetivamente é complexa e representa antes de mais o encerramento de um processo que se arrasta há mais de três décadas e isso por si só revela uma falha estrutural na capacidade de decisão e execução do Município.

Do ponto de vista liberal importa reconhecer a necessidade de garantir segurança jurídica e respeito pelos direitos dos particulares.

Ao longo dos anos estes viram-se impedidos de exercer plenamente os seus direitos, fruto de indefinições, entraves administrativos e sucessivas alterações de enquadramento urbanístico. Essa realidade não é aceitável num estado que se quer previsível e confiável.

A solução agora apresentada, parece procurar um equilíbrio com base em avaliações técnicas, e num acerto financeiro que salvaguarda o interesse municipal.

No entanto, não podemos ignorar que este desfecho resulta em grande medida de erros acumulados da própria Administração Pública.

Mais do que aprovar esta permuta, é fundamental retirar lições, simplificar processos, garantir previsibilidade nas decisões urbanísticas e evitar que o Município se torne um fator de bloqueio ao investimento e ao desenvolvimento.

Uma governação liberal exige responsabilidade, transparência e respeito pelos compromissos assumidos.

Assim, reconhecendo a necessidade de resolver este impasse e como o Senhor Vereador bem disse, foi muito esclarecedora a reunião que tivemos relativamente a este assunto, acompanhamos a proposta votando a favor, sem deixar de assinalar as falhas que a tornaram necessária.”



7.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 7 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 7 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD incluindo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que o integra, 1 da eleita do BE, 1 da eleita do LIVRE, 1 da eleita da IL e 7 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a permuta dos lotes 13/27, 17/27A, 17/27B, 17/27C e 18/27, da parcela 27, sitos na freguesia de Laranjeiro/Feijó, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de setembro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-385-DGUOE.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Segundo procedimento de correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”;

7.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.5.1.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta não será deliberada, é apenas para conhecimento desta Assembleia Municipal e nessa dimensão os documentos estão distribuídos e também em benefício daquilo que possa ser o tempo de eventual discussão dos pontos seguintes, damos essa proposta por apresentada e estamos naturalmente disponíveis para qualquer questão.”

7.6 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

7.6.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usou da palavra o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.6.1.1 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos a falar no ponto da Atividade Municipal entre fevereiro e março de 2026.

Decorreu esta atividade num contexto que todos sabemos particularmente exigente, porque decorriam as intempéries que assolaram todo o país e com particular incidência este Município, nomeadamente, as zonas de Porto Brandão, Azinhaga dos Formozinhos e Costa da Caparica.

Obrigou à deslocação de várias dezenas de agregados familiares, uma resposta imediata e de coordenação permanente no terreno, para a qual eu também aproveitava para dar um agradecimento a todas as entidades presentes, nomeadamente, serviços da Câmara Municipal, das Uniãos de Freguesias e Junta de Freguesia envolvidas, naquilo que foi o acompanhamento direto às populações, agradecer também aos Bombeiros, forças de segurança, todos aqueles que estiveram no terreno horas e dias a fio, uma situação bastante complicada, mas cujo o contributo foi determinante para aquilo que foi a eficácia na resposta, uma resposta de urgência.

Também no âmbito neste caso, daquilo que foi o resultado das intempéries, a estabilidade da arriba agravou o contexto existente que já conhecíamos, aliás, para o qual o Município já tinha realizado o estudo de vertentes e arribas, exigiu uma atuação técnica e preventiva continua, houve também aqui uma articulação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova, com o LNEC, Proteção Civil, houve aqui uma dimensão e continua a existir de monitorização continua no território, foram realizadas diversas reuniões com moradores, empresários.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

De forma resumida, focando aqui algumas prioridades claras; estamos a falar de foco na salvaguarda de vidas, garantias de acesso e mobilidade, reconstrução das condições de vida e da atividade económica, algumas destas dimensões continuam a serem atendidas até aos dias de hoje.

Também no âmbito daquilo que foi outra atividade municipal, de destacar a continuação de entrega de habitações municipais decorrentes da nova construção que o Município tem realizado, habitações novas atribuídas no âmbito do programa Habit'Almada, um reforço no compromisso com o aumento de oferta pública de habitação;

Também na área da educação, destacaríamos aquilo que foi a inauguração da requalificação e ampliação da Escola Básica N.º 1 da Trafaria, aqui destacar a criação de oferta pré-escolar, estamos a falar de triplicar a capacidade de acolher alunos, de vinte cinco para setenta e cinco alunos, uma resposta pré-escolar muito importante naquela zona do território;

Na área da cultura, houve também uma dimensão de reforço da programação cultural com novas posições, a celebração do Dia Mundial do Teatro, no Teatro Joaquim Benite, a cultura permanece um pilar estruturante daquilo que é a atuação deste executivo em Almada, também diria da identidade coletiva dos almadenses e a cultura sempre foi instrumento de transformação social;

Na área da modernização administrativa, destacaria aquilo que foi a implementação de um processo que já durava há vários anos de digitalização do urbanismo, hoje em dia qualquer processo seja de solicitação de plantas, pedido de licença, comunicação prévia, é feito de forma digital no conforto de cada casa e permitindo seguir todas as etapas do processo, foi algo bastante complexo de implementar, mas contribuindo significativamente para simplificação de processos, redução de burocracia, reforço da transparência e melhoria também da relação com cidadãos e investidores, algo por diversas vezes sempre aqui falado nesta Assembleia Municipal, e que eu acho que esta medida é um passo muito concreto, muito objetivo nessa realidade;

Depois, destacaria também, aquilo que foram as reuniões que têm existido do Conselho Intermunicipal da Península de Setúbal, temos a nova CIM, Comunidade Intermunicipal, a dar os seus primeiros passos, a ter a ação política muito concreta em benefício dos territórios da Península de Setúbal.

Em conclusão, os meses refletem um período de trabalho intenso e exigente, de desafios significativos, mas também uma forte capacidade de resposta dada por esta Câmara Municipal, demonstramos resiliência, proximidade, compromisso com toda a população, e neste contexto, Almada não parou, respondeu com responsabilidade, proximidade sem nunca esquecer uma visão de futuro.

Foi o resumo muito breve daquilo que foi a atividades destes últimos meses.”

7.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Marta Belmonte Pereira (IL), Maria Teresa Almeida (CHEGA), Ana Catarina Ribas (PSD), Ivo Filipe Almeida (PS), Geiziely Glicia Fernandes (LIVRE), Miguel Caldeira Pais (PSD), Joana Sales Vieira (BE), João Eixa dos Santos (PS), Miguel Ângelo Salvado (PSD), Débora Figueiredo Rodrigues (PS), Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA), o Vereador Luís Filipe Palma (CDU) e ainda o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS).

7.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU traz a este ponto da ordem de trabalhos algumas questões muito objetivas, para as quais gostaríamos de obter uma resposta da Câmara Municipal também o mais objetiva possível.

Sobre o desenvolvimento do processo da Revisão do Plano Diretor Municipal.

As páginas sessenta e sete e sessenta e oito desta Informação, referem um conjunto ainda amplo de iniciativas relacionadas com reuniões de concertação entre entidades para definição de questões de natureza técnica, relacionadas com parâmetros urbanísticos diversos, designadamente, rede ecológica nacional, estrutura ecológica, mapa de ruído, entre outras.



A questão que colocamos muito diretamente e abertamente é esta: O Plano Diretor Municipal de Almada, encontra-se em processo de revisão desde dezembro de 2008, deliberação da Câmara Municipal, chegados a 2026, as perguntas que se impõem são:

- Qual é ponto da situação exato do processo de revisão?
- Que entidades com intervenção no processo levantaram questões e que questões são essas?
- O que está a Câmara Municipal a fazer para ultrapassar esta Situação?
- Para quando uma informação detalhada sobre esta matéria a esta Assembleia Municipal?

Sobre o Plano de Pormenor do Ginjal.

Que iniciativas foram desenvolvidas ou estão previstas, tanto pelo promotor privado dos terrenos afetos aquele plano, como pela Câmara Municipal, considerando a inevitável necessidade de ajustamento do Plano de Pormenor aprovado, à intervenção realizada no local, traduzida na demolição total do edificado pré-existente?

Neste quadro, o que está previsto integrar no Plano de Pormenor no sentido de assegurar a preservação da memória das comunidades locais e do território?

Também nesta matéria, para quando uma informação detalhada sobre esta questão à Assembleia Municipal?

Sobre o Plano de Urbanização Almada Nascente.

A Informação que nos é presente é totalmente omissa relativamente à situação deste Plano de Urbanização, a CDU considera urgente uma informação detalhada a esta Assembleia Municipal, sobre as iniciativas e as diligências concretas que têm sido encetadas pela Câmara Municipal relativamente a esta matéria, incluindo referência às opções de planeamento que se colocam como prioritárias, para o desenvolvimento da operação de planeamento de um território de enorme valor patrimonial, histórico e humano como a Margueira.

Sobre o ponto da situação relativamente às famílias desalojadas pelas intempéries de fevereiro passado.

Todos nós recebemos ontem durante a reunião desta Assembleia Municipal, os dois primeiros relatórios do grupo criado pela Senhora da Câmara Municipal, para acompanhar a situação resultante das intempéries de fevereiro passado. Lamentavelmente, esses relatórios são datados o primeiro de 14 de março, e segundo de 4 de abril, o que significa que a informação deles constante está seguramente neste último dia de abril desatualizada.

Neste quadro, a CDU recomenda à Câmara Municipal de Almada, que seja mais diligente e mais célere sobre a informação que dispõe sobre esta matéria e sobre as matérias já agora, porque não é compreensível, que estando na posse dessa informação há tanto tempo, a Câmara Municipal apenas agora, tenha dela dado conhecimento aos eleitos na Assembleia Municipal, e solicita informação atualizada e detalhada sobre o desenvolvimento deste processo, se possível com informação à data de hoje.

Sobre a estabilidade das arribas e falésias no Concelho.

A informação sobre a Atividade Municipal, informa-nos que foram executadas em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, as ações necessárias a mitigar graves situações de ameaça eminente nos locais mais críticos de instabilidade de arribas e vertentes, desobstrução de vias rodoviárias, limpeza e recuperação do espaço público. Mas não nos revela que ações foram essas, em que locais e que resultados concretos foram obtidos a partir dessas ações, no quadro da melhoria das condições de estabilidade das arribas e falésias do Concelho.

Por outro lado, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, referiu já por diversas vezes e publicamente, incluindo nesta Assembleia Municipal, a existência de estudos técnicos relativos a situação de estabilidade ou instabilidade, das arribas no Concelho de Almada. Não conhecemos esses estudos, embora já os tenhamos solicitado, mas sabemos pelo que nos é dito, que eles revelam a necessidade de intervenções urgentes de consolidação em arribas e falésias, numa extensão considerável da área costeira e ribeirinha do Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As consequências das recentes intempéries tornam, aliás, bem evidente essa necessidade de intervenção. Sabemos também, a Senhora Presidente da Câmara Municipal já o referiu igualmente diversas vezes, que esta situação tem sido colocada ao Governo pela Câmara Municipal, primeiro responsável por encontrar e aplicar as soluções adequadas nesta área de problemas.

A questão que aqui colocamos, é saber que resposta ou falta de resposta, tem o Governo dado às questões suscitadas pela Câmara Municipal e que outras eventuais medidas complementares pensa a Câmara Municipal desenvolver neste domínio.

Sobre a deficiente iluminação pública.

A Informação que nos é presente refere relativamente a situações de falhas de iluminação, lâmpadas fundidas, e anomalias em equipamentos de iluminação pública, o registo de trezentas e onze ocorrências nos meses de fevereiro e março. Uma média simples diz-nos que neste período ocorreram 5,4 anomalias reportadas por dia. Sabendo que apenas uma minoria das anomalias é reportada pelos munícipes através dos canais de comunicação que a Câmara Municipal disponibiliza, os números revelados por esta Informação não podem deixar de nos alertar para a gravidade de algumas situações que se verificam atualmente no nosso Concelho.

A Informação também nos diz que está em discussão um complexo processo de substituição de todas as luminárias instaladas no Concelho, que dada a dimensão da intervenção a concretizar, irá demorar largos meses a ser visível para o cidadão comum, e naturalmente, compreendemos a morosidade na obtenção de resultados concretos desse trabalho no quotidiano de cada um de nós.

Mas a verdade é que têm chegado à CDU, inúmeras reclamações relativas à ineficiente iluminação público um pouco por todo o território do Concelho.

Até à conclusão do processo de substituição das luminárias, é impreterível assegurar as melhores condições de iluminação pública em todo o território do Concelho. Uma realidade que manifestamente, a empresa responsável por assegurar essas condições neste momento, não garante.

A questão que colocamos, é que diligências têm sido desenvolvidas pela Câmara Municipal, no sentido de exigir à empresa o cumprimento pleno das suas obrigações e das suas responsabilidades e que estratégia pensa a Câmara Municipal adotar em função do reiterado incumprimento destas responsabilidades por parte da empresa?

Sobre a Carris Metropolitana.

A Informação que nos é prestada, refere o apoio e acompanhamento do serviço de transportes coletivos rodoviário em colaboração com os Transportes Metropolitanos de Lisboa.

Informa-nos igualmente, que foi desenvolvido um trabalho de colaboração com o grupo de trabalho da TML para o desenvolvimento do Plano do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável (aproveitamos aqui para sugerir que não sejam utilizados nestes documentos siglas sem que exista previamente uma referência explícita ao que elas se designam, que é o caso deste PMUS que não tem qualquer referência), para a Área Metropolitana de Lisboa com outro grupo de trabalho para o desenvolvimento do Plano de Acessibilidades e Transporte de Pessoas com Deficiência na Área Metropolitana de Lisboa, ou ainda, sob participação do Município no grupo de trabalho que está a desenvolver o processo de extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica. Diz-nos que foi produzida uma análise e emitido um parecer à proposta de protocolo da TML no âmbito da criação de uma rede bicicletários em interfaces nos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa e finalmente, diz-nos ainda que foi analisada a proposta apresentada pela TML relativa à revisão dos tempos de percurso da linha 3506 Cacilhas Terminal- Corroios Estação, via Miratejo.

Tudo informações relevantes e interessantes, mas a questão que a CDU gostaria de colocar à Câmara Municipal, prende-se com a avaliação global da forma como o serviço de transporte público rodoviário está a ser assegurado aos almadenses, quase quatro anos passados sobre o início da operação da Carris Metropolitana em Almada.



Gostaríamos igualmente que esta Assembleia Municipal fosse informada sobre se a Câmara Municipal já fez, está a fazer ou pensa vir a fazer, algum estudo de levantamento sobre necessidades novas de transporte público rodoviário no Concelho, designadamente, novas carreiras circulares em diversas Freguesias, uma questão que tem sido colocada regularmente por munícipes à CDU.

Finalmente, sobre a instalação de passeadeiras para peões.

Relativamente a esta questão a Informação sobre a Atividade Municipal que nos é presente, revela a realização de algumas intervenções de colocação de sinalização vertical e horizontal, para atravessamento de peões na rodovia. O que a CDU questiona, é se já foi elaborado ou está previsto, um plano global e articulado que preveja a introdução de novas e a manutenção das existentes marcações destinadas a atravessamentos rodoviários de peões, uma necessidade que nos é referenciada com muita regularidade. Em particular gostaríamos de saber se Câmara Municipal dispõe de algum plano para a instalação de passeadeiras sobrelevadas em locais onde se justifique, designadamente, junto de equipamentos de interesse de utilização pública, como escolas, unidades de saúde ou outras.”

7.6.2.2 – O Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este relatório confirma um problema que já é estrutural. O Município funciona bem na rotina, mas falha na execução de investimento. Ninguém questiona a capacidade dos serviços no dia a dia, o controle da água, a reparação de ruturas, a manutenção da rede, mas isso é o mínimo exigível. Não é sinal de boa governação.

O que está em causa é outra coisa, onde está o investimento? Os primeiros dois meses do ano não há evidência clara de novos concursos relevantes, nem de adjudicações estruturantes, nem de avanço real do plano plurianual de investimentos. Há sim mais do mesmo, despesa corrente e resposta reativa. E os números ajudam a perceber o porquê.

O reforço orçamental só foi aprovado em março, ou seja, começamos o ano mais uma vez sem capacidade de executar investimento.

Mas o mais preocupante é o padrão, em 2025 tivemos cerca 60% de execução e um prejuízo operacional. Entramos em 2026 com mais de 8.000.000.00€ (oito milhões de euros) acumulados e continuamos sem transformar esse dinheiro em obra. Isto para nós é uma falha clara de gestão. O Município está a acumular recursos, mas não está a entrega-los em forma de infraestruturas e melhoria real para a população e assim o risco é evidente, chegar ao fim de 2026 com o mesmo problema, muito dinheiro em caixa pouco investimento no terreno. Precisamos de menos gestão do dia a dia e mais execução estratégica. E é isto que deixamos de pedido ao executivo municipal.”

7.6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Teresa Almeida (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já que falamos em atividade municipal, quero falar-lhes de outro tipo de atividade municipal do executivo:

A 22 de Dezembro o Grupo Municipal do CHEGA submeteu um requerimento aos serviços da Câmara Municipal de Almada, com vista à disponibilização do Estudo de Viabilização para a Implementação dos Julgados de Paz em Almada. Ontem, quatro meses e sete dias depois, recebemos uma resposta.

Foi-nos enviado um documento interno da Câmara Municipal de Almada com excertos de um outro documento, alegadamente do estudo que requisitámos.

Foi-nos também enviado um outro documento assinado pela Senhora Vereadora Francisca Parreira.

Com o devido respeito, nós não pretendemos saber a opinião da Câmara Municipal de Almada. Queremos sim, que nos seja enviado o Estudo de Viabilização para a Implementação dos Julgados de Paz em Almada, e, por esse motivo, não consideramos que o requerimento tenha sido respondido.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, o Grupo Municipal do CHEGA vai voltar a enviar um novo requerimento e, desta vez, pedimos a amabilidade de nos ser enviado o que foi requerido."

7.6.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero falar-vos aqui de dois ou três temas.

O primeiro dos quais tem a ver com a reunião que foi hoje promovida pelo Senhor Diretor Municipal com as pessoas que precisam de realojamento, vítimas das intempéries. O Senhor Diretor Municipal teve a amabilidade de deixar estarem presentes na reunião também representantes da bancada do PSD, tendo sido do meu ponto de vista a reunião extremamente esclarecedora e eu diria até apaziguadora das necessidades que as pessoas efetivamente têm vindo a manifestar aqui nas duas Sessões da Assembleia Municipal, e não só, inclusivamente também nos contactos que têm vindo a ser desenvolvidos por nós e no acompanhamento que temos feito.

Nessa perspetiva eu gostava de chamar a atenção da Câmara Municipal de Almada, porque continuo a dizer que o executivo, a Câmara Municipal, peca no que toca à comunicação para fora, daquilo que são coisas tão práticas e tão sensíveis quanto esta questão de que aqui vos falo, ou seja, do realojamento.

Eu tive a oportunidade de manifestar esta minha opinião ao Senhor Diretor Municipal hoje à tarde, e acho que vale a pena falarmos neste tema.

E sem prejuízo de a Câmara Municipal sentir a necessidade de usar a Revista Municipal como o fez desta última vez, eu gostava de chamar a atenção para que este e outros veículos podem ser fundamentais para evitar a angústia de algumas pessoas como aquela que temos vindo a sentir aqui e percebeu-se hoje que quando as pessoas se sentam a conversar e lhes é transmitido ponto a ponto, passo a passo, aquilo que efetivamente têm que fazer, sem ruído de fundo e sem que as redes sociais sejam utilizadas muitas vezes sabe Deus por quem, para deturpar aquilo que efetivamente tem vindo a ser realizado, e sem prejuízo de nós estarmos a fiscalizar e de irmos acompanhar aquilo que tem vindo a ser feito pelos serviços, eu acho que os mecanismos de comunicação da Câmara Municipal têm que ser usados em prol do esclarecimento dos munícipes e, portanto venho fazer essa alerta ao executivo.

Queria também falar-vos de alguns casos específicos que têm chegado ao Grupo Municipal do PSD, nomeadamente uma questão que nos foi levantada e para a qual eu pedia a vossa atenção e esclarecimento relativamente ao Parque Infantil da Sobreda. Queixam-se alguns munícipes de um atraso na efetiva execução das obras do parque e, portanto, eu venho aqui trazer-vos três questões fundamentais.

Primeiro, saber quais são os motivos do atraso? qual é o estado da obra e qual o prazo previsto para a sua conclusão?"

7.6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria neste ponto trazer-vos aqui um tema que eu considero de especial importância, importância para o nosso Município, importância também para os almadenses.

Almada apresentou o seu Relatório Voluntário Local – Voluntary Local Review VLR, e esta apresentação por um lado, identifica Almada como sexto Município a nível nacional a fazê-lo e coloca-nos também na senda das melhores práticas recomendadas pelo John's Research Institute da Comissão Europeia e das Nações Unidas.

O Relatório Voluntário Local é um instrumento essencial para a prestação de contas face aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. Ou seja, Almada passa assim, de alguma forma, a ter mais e melhor capacidade de analisar o seu desempenho atual em relação às metas dos ODS's – Objetivos Desenvolvimento Sustentável, mas permite-nos igualmente identificar lacunas, áreas prioritárias de intervenção e já agora com apresentação deste documento, Almada demonstra a sua disponibilidade,



demonstra o seu compromisso na implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pelas Nações Unidas.

Creio que este é um bom caminho, aliás, é um muito bom caminho, e é um bom caminho porque é uma estratégia bem defendida, bem definida, um caminho de uma vontade política firme em alinhar a ação local, a ação da nossa Cidade, com os objetivos globais e acima de tudo, com os desafios globais que temos. Desafios esses como todos sabemos, batem-nos à porta diariamente, seja no impacto que a poluição imprime na nossa saúde, seja na instabilidade dos preços dos alimentos ou até mesmo na urgência de adaptarmos as nossas cidades às temperaturas que hoje temos e que já não podemos ignorar.

Mas dizia eu, que este é um muito bom caminho e deve orgulhar todos os almadenses, não só pela sua relevância, que tem obviamente, mas igualmente pelos resultados que quer a médio, quer a longo prazo, que todos nós globalmente estamos com a maturidade e responsavelmente a prosseguir e vamos conseguir.

E conforme referiu o Senhor Vereador Ivan Gonçalves, na respetiva Sessão de apresentação do Relatório Voluntário Local, disse: “Em Almada assumimos com responsabilidade e ambição, um papel importante na construção de um futuro mais sustentável, um futuro mais justo, nessa condição, um futuro mais inclusivo”. E diria eu, um futuro mais sustentável justo e inclusivo para todos nós, um futuro mais sustentável justo e inclusivo para quem virá a seguir a nós, isso é importante, e obviamente, um futuro justo, inclusivo, sustentável e definitivamente melhor para todos e para o futuro dos almadenses. E eu penso que isso é importante porque isso é que é a verdadeira política, é o amanhã.”

7.6.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tem chegado ao LIVRE informações sobre a possível e eventual construção de dois campos de futebol no Parque Verde na Charneca de Caparica. É um parque vasto, de reconhecida importância para a população e para os municípios e nós recebemos essas informações com alguma preocupação.

Gostaríamos de perguntar se esse projeto existe, se estão realmente a pensar nessa construção?

Aproveito para considerar que se esse projeto for realmente consequente com as informações que nós temos, se foi ponderado um outro local para a construção desses dois campos de futebol e também se a população será ouvida e poderá dar o seu contributo para que possa ser feito noutro local, porque esse parque é um parque extremamente importante para o Município.

Também gostaria de dar nota que o LIVRE esteve no local e entendemos que o parque está subaproveitado pelo Município e subestimado. Portanto, poderia ser algo muito melhor utilizado pelo executivo e também para a inclusão da população até mesmo para a questão do meio ambiente e a educação também para a questão do meio ambiente.”

7.6.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, não deixando de notar exatamente como referiu o Dia do Trabalhador e dar um cumprimento especial aos serviços da Câmara Municipal que nos acompanham já há duas noites longas sendo esta a nossa terceira.

Em ponto telegráfico, trazer aqui à atenção da Assembleia Municipal, três situações críticas que também nos foram reportadas pelos municípios.

A primeira é relativa à insalubridade na Sobreda, em que se verifica uma situação caótica de acumulação de lixo fora dos contentores, num raio de um quilometro, da Travessa Estrelas à Travessa Cerieira. E também questionamos o que justifica esta falha sistemática na recolha nestes pontos específicos.

Segundo ponto, a ocupação abusiva em Vale Flores, na Rua Luís de Sttau Monteiro, junto à Escola Básica, vários atrelados de uma empresa de Pronto Socorro, ocupam permanentemente a via pública desde novembro de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2025. Esta utilização comercial do espaço público está licenciada? Se não, quando será reposta a legalidade e a segurança escolar?

Terceiro ponto, risco de incendio na Rua Serpa Pinto, ocorrência número 6027738, é inadmissível que os serviços tenham encerrado esta ocorrência sem resolver o problema, temos o imóvel com lixo acumulado e uso de velas no interior, um risco de incendio e saúde pública altíssimo. Também questiono porque razão a Câmara Municipal fecha processos sem solucionar as queixas e quando será feita a limpeza deste local?"

7.6.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na sessão ordinária da Assembleia Municipal do passado mês de fevereiro, o Bloco de Esquerda já havia alertado e questionado este executivo acerca do avultado número de cortes no fornecimento de água a ocorrer num período temporal muito reduzido. Contudo, verificamos com profunda preocupação que este não foi um evento isolado. Apenas no período compreendido entre janeiro e fevereiro, registaram-se mil e quarenta novos cortes de água por falta de pagamento. Se traduzirmos estes números para a nossa realidade diária, estamos a falar de dezoito famílias, por dia, a verem cortado o acesso a um bem essencial à vida.

Neste sentido, queria perguntar que medidas de apoio social estão a ser mobilizadas pela Câmara Municipal para proteger estas pessoas e garantir a imediata reposição de uma necessidade tão básica e elementar?

Gostaria de solicitar um ponto de situação claro e transparente sobre as famílias que ficaram desalojadas em virtude dos recentes comboios de tempestades. Tivemos aqui nesta Sessão de ontem e anteontem, testemunhos de munícipes que estão numa aflição perfeitamente compreensível e que estamos solidários.

Temos recebido relatos muito preocupantes sobre a extrema dificuldade que estas pessoas estão a sentir em aceder a casas com rendas que se enquadrem nos valores estipulados pelo programa Porta de Entrada. Chegamos testemunhos destas pessoas, que já perderam as suas casas, estão a ser sujeitas a uma enorme instabilidade, sendo constantemente mudadas de lugares de abrigo temporário, andando a saltar entre hotéis e parques de campismo. Face a isto, pergunto quantas pessoas continuam nesta situação indigna de transitoriedade e que soluções reais, estáveis e definitivas tem a Câmara Municipal para lhes oferecer?

Chegaram-nos informações por parte de um grupo de munícipes da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda relativas ao Parque Verde, localizado na zona das Quintinhas. Este espaço, com cerca de quarenta mil metros quadrados, é uma das únicas zonas arborizadas desta união de freguesias e detém um valor ambiental inestimável, concentrando espécies autóctones típicas das matas mediterrânicas, como o pinheiro, o sobreiro, o carrasco e a oliveira. São espécies essenciais que temos o dever de preservar. Sabemos que este grupo de cidadãos entregou um abaixo-assinado ao Senhor Presidente da União de Freguesias, alertando para o lamentável estado de abandono deste espaço e apresentando, de forma construtiva, uma proposta para a sua revitalização. Neste sentido, o Bloco de Esquerda dirige-se hoje a este executivo camarário com questões muito concretas: qual é, afinal, o projeto da Câmara Municipal para o Parque Verde das Quintinhas e se a Autarquia garante que a elaboração deste projeto contemplará a audição e participação cidadã e se assumirá como objetivo central e negociável a preservação das espécies que lá se encontram?

Outra questão é sobre a promessa eleitoral da Senhora Presidente da Câmara Municipal quando foi eleita no primeiro mandato, de plantar vinte cinco mil novas árvores. Gostaríamos de saber qual o ponto real do cumprimento desta promessa eleitoral, face ao estado de desleixo que encontramos ao nível do nosso espaço público em todas as Uniões de Freguesia e na Freguesia da Costa da Caparica?

A última questão tem a ver com o Fórum Romeu Correia, que tem uma grande afluência diária o que é muito positivo, mas muitas vezes os equipamentos informáticos e os pontos de eletricidade estão totalmente ocupados e têm-nos chegado relatos de que há limitações face à internet até nos espaços sanitários estão muitas vezes fora de serviço e queria perguntar se o executivo tem prevista alguma intervenção de manutenção para resolver estes constrangimentos no Fórum Romeu Correia e se existe algum plano no futuro para alargarmos a



rede de espaço de estudo em Almada, de forma a darmos uma resposta mais confortável e adequada aos nossos munícipes?”

7.6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa dos Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação ao Relatório de Atividades e na dimensão da educação, é com naturalidade que falamos de ensino, mas também falamos de cidadania, inclusão e de dar condições concretas para que as nossas crianças possam crescer e aprender. A Escola na deve ser um espaço de educação formal ou não só um espaço de educação formal, deve também ser um espaço de participação, de convivência e de desenvolvimento humano.

E é isso que nós conseguimos apreciar neste Relatório através de projetos como a Assembleia de Delegados do Concelho de Almada, que já envolveu cento e vinte alunos, mostrando essa preocupação com a participação e formação dos jovens mais conscientes e mais envolvidos na sua comunidade; da mesma forma iniciativas como o programa “Brincar em Almada” de qualificação e humanização dos espaços de recreio, também demonstrando que brincar não é um detalhe é mesmo parte do desenvolvimento das crianças.

Mas falar da escola pública é também falar de inclusão e por isso, destacar o apoio à abertura de novas valências no âmbito da educação inclusiva; a garantia de transporte escolar adaptado e também as respostas concretas para que nenhuma criança fique para trás independentemente da sua condição social ou necessidades específicas.

Naturalmente, defender a escola pública começa por defender que o edifício está em condições e é por isso que importa valorizar o trabalho desenvolvido na rede escolar. Desde logo, o trabalho quotidiano menos visível, mas não por isso menos essencial. Mais de uma centena de pedidos de intervenção e manutenção, pequenas reparações, segurança, limpeza e funcionamento das escolas do Concelho. A isto soma-se preparação de candidaturas para intervenções na António da Costa, na Fernão Mendes Pinto, na Escola Básica 2,3 da Costa da Caparica, na Escola Secundária Daniel Sampaio, bem como o acompanhamento das candidaturas relativas à António Gedeão, à 2,3 da Trafaria, que obtiveram parecer favorável do Ministério da Educação no final do mês de março.

E Há exemplos ainda mais recentes sobre esse investimento da Câmara Municipal na dimensão da educação, refiro-me concretamente à requalificação e ampliação da Escola Básica N.º 1 da Trafaria, que foi entretanto, inaugurada, um investimento de cerca de 2.100.000.00€ (dois milhões e cem mil euros) financiado pelo PRR que reforçou a resposta no pré-escolar, aumentando de vinte cinco para setenta e cinco crianças, melhorando salas, acessibilidades, espaços exteriores, integrando também uma sala dedicada ao ensino estruturado.

Porque uma Cidade educadora constrói-se assim, como escolas melhores, com crianças mais felizes e com jovens melhor preparados para participar na sua comunidade.

Face aos acontecimentos mais recentes, também não queríamos deixar de fazer essa pergunta, na medida da prevenção de práticas de violência doméstica e de género, nomeadamente, o projeto de prevenção primária de violência a implementar em contexto escolar, se pretendem abranger outras escolas, qual a estratégia em concreto?

Por fim, saindo um pouco da dimensão da educação, mas em linha daquilo que tem sido a minha intervenção, nunca é demais lembrar que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal devem sempre referir junto da APL – Administração do Porto de Lisboa, para resolver de uma vez por todas a situação desde a Cova do Vapor até ao Porto Brandão.”

7.6.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Relatório da Atividade Municipal de fevereiro e março de 2026, confirma um retrocesso inaceitável na higiene urbana de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Olhando para o histórico deste executivo, com os dados de 2025 continuam aliás, indisponíveis no site municipal para consulta dos cidadãos, o cenário é de um abandono progressivo. Os números são vergonhosos.

Em 2023, realizaram-se duas mil setentas e vinte e três intervenções de desbaratização e desratização no Concelho;

Em 2024, baixaram para duas mil quinhentas e quarenta e seis;

Em 2025, o número desabou para apenas mil setecentas e vinte e sete.

Perdemos mil intervenções no espaço público em apenas dois anos, é uma queda de quase 40% na atividade no terreno desde 2023.

Primeira questão, se temos um contrato plurianual, porque razão o serviço é cada vez mais residual? Estamos a pagar o mesmo por menos trabalho?

Esta Câmara Municipal desistiu da prevenção estrutural, limitou-se a uma postura reativa, esperam que as pragas invadam as ruas para depois tentarem agir. Onde está o plano de desinfestação da rede de saneamento antes de chagarmos ao verão?

Apresentam-nos agora duzentas e catorze intervenções entre fevereiro e março, Senhoras Vereadoras, este ritmo médio de cem intervenções por mês, é manifestamente pouco para quem vem de um ano de 2025 catastrófico como nós sabemos.

Segunda questão, de que servem estes números de início de ano se a vossa metodologia falhou nos anos anteriores e não está a recuperar o tempo perdido?

Concluo com a pergunta que os almadenses e a bancada municipal do PSD exigem ver respondida. Com este contrato plurianual e com este histórico de desinvestimento, de duas mil setecentas intervenções de 2023 para pouco mais de mil e setecentas em 2025, este executivo compromete-se hoje, perante esta Assembleia Municipal, a que os almadenses que se encontram na parte de trás da sala e muitos online, não sofrerão este verão com as pragas de baratas e ratos que têm invadido o nosso Concelho?

Assumem a responsabilidade pelo resultado, ou vão admitir que perderam o controlo da higiene urbana?"

7.6.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

"Senhor Presidente, Senhoras/as Deputados/as Municipais;

Tenho aqui algumas questões sobre os SMAS que gostaria de ver respondidas, porque achamos que é importante também perceber o que é que se está a passar.

Todos nós acompanhamos o estado calamitoso em que o sistema de drenagem na Herdade da Aroeira esteve sujeito durante dois meses em que aquilo foi um verdadeiro atentado ambiental com a água do saneamento a escorrer para fora das caixas de visita, dias e dias seguidos.

Agora, que a situação acalmou, agora que o sistema já não está em carga como estava, o que é que os SMAS vão fazer para que para o ano não volte a acontecer isto na zona de vácuo da Herdade da Aroeira?

Qual a nova zona de telemetria que está prevista e que está a ser estudada pelos serviços?

Terceira pergunta, como está a situação do depósito da Herdade da Aroeira porque pensamos que já reverteu a favor do Município tal como estava acertado e no contrato, que foi assinado já há alguns anos, gostaríamos também de perceber como está essa situação?

Ontem uma das nossas colegas, perguntou sobre o programa LIFE e gostaríamos de saber exatamente, o que é que o programa LIFE vai fazer? Onde vai intervir, em que ETAR's e em que sistemas?

Depois, perguntar porque é que o coletor doméstico na Rua dos Corporativistas foi dado início à intervenção, foi consignada no dia 1 de setembro de 2025 e foi suspensa agora, pelos serviços técnicos dos SMAS, para uma



reavaliação técnica. Eu gostava de perceber porque é que isto aconteceu também porque eu até conheço em pormenor essa rua e sei o problema que lá está.

Depois, para terminar, perceber quando é que vai ser apresentado o programa de comemoração dos 75 anos dos SMAS visto que os 75 anos dos SMAS já foram comemorados oficialmente no dia 2 de janeiro deste ano?

Dar nota aqui de outro assunto que não tem a ver com os SMAS, mas tem a ver com o Parque da Juventude na Cova da Piedade e o estado calamitoso em que está, o que é que a Câmara Municipal está a pretender fazer em relação a isso?"

7.6.2.12– O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, como certamente se lembra e todos os nossos colegas se lembram, a CDU apresentou ontem uma saudação ao 1.º de Maio Dia do Trabalhador, que não pôde ser lida na íntegra por falta de tempo, eu vou retomar parte do texto que diz o seguinte: "Uma semana após o 25 de Abril de 1974, brotou o primeiro 1.º de Maio em liberdade, a maior manifestação de sempre no nosso país.

No dia 27 de abril de 1974, foi decretado o 1.º de Maio como feriado nacional, a primeira conquista legal após a revolução. Desde então os trabalhadores festejam em liberdade o seu dia, dia que é simultaneamente de festa e de luta. O 25 de Abril de 1974 provou que é possível uma vida melhor, a Constituição da República determina no seu artigo 9.º, as tarefas fundamentais do Estado o caminho que os governos são obrigados a percorrer para a melhoria das condições de vida do povo português".

Posto isto, quero aqui deixar uma viva saudação em nome da CDU a todos os trabalhadores, portugueses e de todo o mundo, e expressar a convicção que pela sua luta estes valores que acabei de referir nunca serão perdidos em Portugal e que outros valores igualmente consagrados na Constituição da República serão defendidos em benefício de todos.

Viva os trabalhadores portugueses, viva o 1.º de Maio."

7.6.2.13 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveito para começar a minha intervenção saudando o 1.º de Maio, todos os trabalhadores e associar-me obviamente, a esta última intervenção da CDU.

No passado dia 1 de março, assinalou-se o Dia Internacional da Proteção Civil.

As alterações climáticas não são uma realidade distante nem abstrata, são uma presença constante no nosso território e vão agravar-se nos próximos anos. Prova disso são os recentes acontecimentos na Caparica, estes fenómenos serão mais frequentes, serão mais extremos, mais imprevisíveis e mais intensos. Este será infelizmente, um novo normal.

Perante este cenário, a Proteção Civil assume-se como um pilar absolutamente essencial da ação pública. Não apenas na resposta às emergências, como sobretudo, na antecipação dos riscos, no planeamento estratégico e também na construção de territórios mais resilientes.

Investir na prevenção, na qualificação dos meios e na articulação entre as entidades, é necessário para garantir a segurança das populações e a salvaguarda do património, seja natural, seja construído.

O trabalho dos agentes de Proteção Civil e dos serviços municipais é por isso essencial, é também indispensável a consciencialização pública, promovendo uma cultura de prevenção e de responsabilidade partilhada por todos. E por isso, e atento o 1.º de março ser a data em que se assinala este Dia Internacional da Proteção Civil, agradeço, em nome dos Deputados do Partido Socialista e dos almadenses, ao executivo pelo trabalho demonstrado nesta área na pessoa da Vereadora Francisca Parreira, e a todos os agentes da Proteção Civil apelando à consciência, à prevenção que começa em todos e em cada um de nós."



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.6.2.14 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por responder ao Senhor Deputado Municipal João Gerales e a parte que mais gostei de ouvir da sua intervenção e à qual me associo desde já, é: “vivam os trabalhadores portugueses, viva o 1.º de Maio”, portanto, saudamos nesta valorização de todos os trabalhadores portugueses e aqui em especial e muito particular aos da Câmara Municipal de Almada.

Respondendo a algumas das suas questões.

Para quando a informação a esta Assembleia Municipal relativamente ao PDM – Plano Diretor Municipal?

Aqui responderei e é importante relembrar que sempre que os Senhores Deputados Municipais e sem prejuízo da Informação que aqui é transmitida, por diversas vezes nas várias intervenções foi pedida informação muito detalhada e, portanto, há sempre o mecanismo do requerimento, é importante lembrar para essas informações quando são muito detalhadas, mas do ponto de situação global relativamente ao PDM – Plano Diretor Municipal, nós estamos a terminar a proposta final da REN – Redes Energéticas Nacionais, estamos a falar de REN bruta e também das exclusões, uma proposta em simultâneo para envio à CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de forma concreta realizaram-se neste período quatro reuniões com a CCDR e com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, sobre este tema para ajustar a proposta antes da Conferência procedimental e, portanto, aquilo que se prevê é que posteriormente e isto é uma previsão, possa ser realizada a discussão pública entre julho e agosto, segundo a nossa estimativa que está acertada face ao que foi analisado com a CCDR.

Depois relativamente às questões colocadas sobre iluminação.

Já aqui por diversas vezes referimos a existência do contrato ESE – Empresas de Serviços Energéticos, que está em implementação, há um pequeno pormenor técnico que vai ter que ser ajustado, portanto uma correção que vai ter que ser levado previsivelmente, a uma das próximas reuniões de Câmara, para que a empresa possa passar à substituição das mais de trinta e três mil luminárias no Concelho. Portanto, não consigo dar aqui um prazo em concreto, mas estamos já na fase de implementação.

Depois sobre a avaliação de novas carreiras.

Essa avaliação e monitorização é feita em contínuo, aliás, entre a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa e o Município de Almada, referiu algo também muito relevante que teremos de executar e prevemos fazê-lo à semelhança de empreitadas de colocação de lombas que é a questão das passadeiras, novos atravessamentos na rede viária ao longo de todo o Concelho.

Depois, a Senhora Deputada Municipal Marta Pereira, da Iniciativa Liberal, agradecer também a sua intervenção. Falou de investimento, eu acho que é importante lembrar que nós viemos de um exercício orçamental passado, onde precisamente não tínhamos orçamento. Portanto, o início do ano não tinha alguns dos procedimentos que poderiam ter estado a decorrer se tivéssemos tido orçamento aprovado, ainda assim, este início de ano tem sido precisamente para isso, para um conjunto de procedimentos ser posto em prática, eu aliás, lembro-me, isso está no Relatório da Atividade Municipal, que só na área da contratação pública, só nestes dois meses, foram dezoito concursos públicos lançados e mais vinte grandes procedimentos, salvo erro, de empreitadas se não me falha a memória e aqui estou a dizer de cor, lançados. Portanto, demonstra aquilo que o executivo está a pôr em prática precisamente, para que no final do ano quando estivermos aqui a comparar uma dimensão com mais dados sobre a execução, ela possa ser robusta.

Relativamente à Senhora Deputada Municipal do CHEGA, relativamente ao requerimento sobre os Julgados de Paz, eu passarei à Senhora Vereadora Francisca Parreira.

Depois também agradecer aquilo que foi a posição do PSD por via da Senhora Deputada Municipal Ana Ribas, relativamente ao reconhecimento das respostas que estão a ser dadas também em conjunto a Autarquia e Estado Central relativamente aos municípios afetados pelas intempéries, reconhecer da nossa parte também,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

necessidades de melhor comunicação e portanto, também há aqui um reconhecimento, é nessa dimensão que nós também melhoramos o nosso trabalho e provavelmente a criação de mais momentos como aquele que referiu, precisamente para esclarecimento total das famílias apesar de terem existido com cada uma das famílias, reuniões com as equipas de intervenção social, mas muitas vezes é preciso subir aqui um bocadinho a hierarquia para pelo menos complementar a informação que é dada.

Relativamente ao Parque Infantil da Sobreda, motivos de atraso, previsão.

Aquilo que se passou foi mais um daqueles azares, uma infelicidade, nós tivemos de com o empreiteiro que estava a executar os trabalhos, uma necessidade de resolver o contrato por incumprimento e, portanto, não conseguimos, há um conjunto de trabalhos que ficaram por executar e que só poderão ser executados, nós sabemos que é a amarra da contratação pública, depois da resolução do contrato e de nova contratação. Queremos fazê-lo no mais breve espaço de tempo possível, mas não consigo lhe dar aqui uma data.

Relativamente ao que o Senhor deputado Municipal Ivo Almeida referiu, muito importante aquilo que foi a apresentação do VLR – Voluntary Local Review - Revisão Local Voluntária pelo Vereador Ivan Gonçalves, lembrar que foi um trabalho muito importante desenvolvido ao longo dos últimos anos, neste caso, pelo Departamento de Tecnologias de Informação e em concreto por uma Divisão que tem a parte dos territórios inteligentes, eu próprio tive a oportunidade de apresentar aquilo que era o pré-relatório na Nações Unidas, numa conferência de alto nível que falava sobre estas questões dos objetivos de desenvolvimento sustentável, Almada também é um bom exemplo, dos melhores do país nessa área.

Relativamente aquilo que foi perguntado pela Senhora Deputada Municipal Geiziely Fernandes do LIVRE, e também pela Senhora Deputada Municipal Joana Vieira do Bloco de Esquerda, relativamente ao Parque Verde.

Aquilo que eu posso dizer é que este equipamento, aquilo que queremos transformar é precisamente num parque verde. Aquele terreno e aquele lote de terreno, é um terreno de equipamento. Aliás, nós no nosso Concelho, uma das maiores dificuldades que temos no nosso território, é termos extensas áreas de REN, muitas dessas áreas não têm nada de verde lá, mas estão consideradas como REN – Redes Energéticas Nacionais. Neste caso específico, estamos a falar do terreno em frente ao Vitória Clube Quintinhas, não há área verde nenhuma. Do ponto de vista dos instrumentos de planeamento é um lote para equipamento. Portanto, o Município não pode abdicar dos lotes de equipamento que tem nos instrumentos de planeamento. Portanto, porque se nós queremos equipamentos desportivos, coletivos de fruição pública, e nós no Município, é uma análise que eu acho que globalmente fazemos, já temos poucos lotes, aqueles que existem é que não podemos desaproveitar. Se lá está naquele terreno uma mata? Está. Porque ao longo dos anos nada foi feito com aquela parcela. Mas aquilo que queremos transforma naquele espaço, é a criação de um parque urbano no qual estarão inseridas instalações desportivas. É precisamente num parque verde. Portanto, a nossa visão para aquela área do território é precisamente de criar ali um grande centro desportivo, em frente ao Vitória Clube Quintinhas, onde já existe um pavilhão, criarmos aqui infraestruturas desportivas, neste caso também, mas não só, ligadas ao futebol. Portanto é essa a nossa visão.

Depois respondendo ao Senhor Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais do PSD, sobre questões de insalubridade.

Nós temos um desafio nessa área, não o escondemos, em articulação Câmara Municipal AMARSUL, Uniões e Junta de Freguesia, sabemos que estas responsabilidades são tripartidas e temos como responsabilidade é também nessa articulação trabalhar melhor para responder ao problema dos cidadãos.

Relativamente aos vários problemas que identificou de ocorrências eu não tenho detalhe, até porque foi referido o número das ocorrências eu não sei em detalhe, tomamos boa nota e aquilo que procuramos é pode ter existido alguma falha naquilo que foi a ocorrência dada como resolvida que não foi, haveremos de perceber porque o sistema que temos funciona bem, às vezes pode haver aqui algumas falhas, não do sistema, normalmente é falha humana, mas veremos isso.

Relativamente aos cortes de água e sem prejuízo de passar a palavra ao Senhor Vereador Luís Palma se assim o entender, aquilo que a Senhora Deputada Municipal Joana Vieira do Bloco de Esquerda referiu relativamente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aos cortes de água por falta de pagamento e aos números que referiu, penso que esses números é uma conjectura que pode ter a ver com a análise do relatório dos SMAS, mas não são cortes, são notificações para o corte. Importante lembrar que, nós devemos notificar pela falta e pagamento, até porque e falando das situações sociais, precisamente para acautelar as situações sociais, é que este Município, este executivo há já uns anos atrás, optou pela automatização da tarifa social da água. Portanto, a tarifa social da água qualquer munícipe que a ela tenha direito não precisa de a requer. Ela é automaticamente por via da interoperabilidade entre os SMAS e o Estado Central, ela é automaticamente atribuída. Portanto, todos aqueles que têm condições para beneficiar já beneficiam. Portanto, ninguém nessa dimensão que tenha a qualificação do ponto de vista de recursos para receber um apoio social, não ficará sem água, aliás, fazendo a sua cota parte de pagamento, agora, quando não há pagamento claro que temos que notificar para o corte, o que muitas vezes não significa um corte, porque as pessoas depois vêm corrigir e isso acho que é muito importante para a boa gestão dos recursos públicos.

Relativamente aos problemas que falou do Fórum Romeu Correia.

Percebo os problemas, vamos verificar. Mas eu faço uma análise até positiva dos problemas que refere e porquê? Porque precisamente o Fórum Romeu Correia tem tido muito maior adesão nos últimos meses, porque se implementaram um conjunto de políticas para trazer gente, nomeadamente, até o seu alargamento do horário de funcionamento. Nós hoje em dia temos o Fórum Romeu Correia repleto de estudantes porque se criou condições para lá ter estudantes num horário alargado de estudo. Isso é muito importante e claro que isso causa problemas bons, no sentido de maior utilização, mas isso é um problema positivo, claro que nós temos que ir atrás.

Respondendo também em concreto à sua pergunta relativa a mais espaços de estudo. Sim, temos previsto um novo espaço de juventude na Sobreda, Casa da Juventude, precisamente aquilo que pretendemos é que funcionem em horário alargado para responder a todos os estudantes que precisam desse horário alargado.

Depois respondendo ao Senhor Deputado Municipal João Eixa, que referiu e valorizou e nós acompanhamos, aquilo que são os programas na área da participação cívica, nas áreas da juventude e educação, muito importante, estruturantes principalmente nos momentos que vivemos. Este Município nas políticas de juventude o que procura ter, a participação cívica é um dos seus pilares centrais, fazemos isso e foi referido, um trabalho muito importante na área das pequenas reparações nas escolas e também nas candidaturas que temos de requalificação das escolas, esse é um trabalho que estamos a continuar e que é muito importante e é via de uma opção política, já aqui referimos várias vezes, deste Município em ter aceitado a transferência de competências na área da educação, porque nos permitirá, foi em prejuízo da Autarquia, mas nos permitirá ocupar um espaço que antes não era ocupado pelo Estado Central.

Por último, o Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado, para além das questões dos SMAS, referiu a situação no Parque da Juventude, eu pergunto que parque da juventude, Skate Parque? Aquilo que eu posso dizer, no caso do Skate Parque, é que temos depois de uma obra de requalificação que foi muito importante, aliás de várias obras, é que continuamos a querer manter aquele espaço para a fruição desportiva, temos também alguns investimentos ali previstos que têm sido pedidos pelos jovens que utilizam aqueles equipamentos, e, portanto, se é isso, continuamos a ter previsto a sua melhoria continua que aliás, é um espaço que ao longo dos anos tem sofrido transformações é utilizado por muitos jovens e aquilo que queremos é que seja utilizado ainda mais.

Agora eu passo ao Vereador Luís Palma para responder às várias questões e depois à Senhora Vereadora Francisca Parreira que me tinha pedido a palavra para responder à questão sobre os Julgados de Paz."

7.6.2.15 – O Senhor Vereador Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar responder em síntese a um conjunto de questões que foram aqui colocadas, apesar do Senhor Vice-Presidente Filipe Pacheco já ter respondido à questão, mas para reforçar e complementar com o seguinte:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De facto, basta um atraso num pagamento e é emitida uma notificação para o munícipe e isso é contabilizado e são esses dados que estão aí presentes no Relatório. Mas, naturalmente, não são cortes efetivos. Dei precisamente essa resposta na anterior Sessão da Assembleia Municipal, porque também colocaram uma questão no mesmo sentido. É o que me apraz dizer relativamente a isso, podemos depois no final poder fazer esse confronto relativamente aquilo que estamos aqui a dizer.

Depois, eu queria sobretudo valorizar aquilo que foi feito pelos serviços durante estes dois meses de exercício de janeiro e fevereiro, não passando obviamente por tudo, mas dizer-vos que nós começamos a desenvolver um furo de captação na Marisol 2, tal como tínhamos anunciado nas Opções do Plano, é um trabalho que foi executado pelos nossos serviços. Também identificamos um conjunto de melhorias que, entretanto, foram introduzidas quer nas estações elevatórias, quer nos reservatórios, quer também na melhoria da vedação existente na ETAR da Quinta da Bomba;

Acompanhamos um conjunto de obras que estão a decorrer e em articulação com os serviços de urbanismo da Câmara Municipal quer obras particulares, quer obras também naturalmente, os investimentos que estão a ser feitos em habitação municipal, quer também obras que decorrem sob a responsabilidade do IHRU como os Senhores Deputados Municipais sabem;

Estamos a reabilitar a conduta de água na Rua Fernão Lourenço e também na União Piedense.

Para responder à pergunta que o Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado coloca, relativamente à Rua dos Cooperativistas, de facto, deve conhecer o histórico e eu não me vou focar muito para atrás, mas recordo-me que em 2023 também decorreu uma obra nesta rua precisamente e agora está a decorrer e como bem sabe pela experiência que tem, nem sempre as obras decorrem da forma como nós queremos. Há sempre erros que acontecem, há situações que no terreno depois quando a obra está a decorrer são reavaliadas. Ainda ontem creio eu, nesta Assembleia Municipal, foi também colocada uma obra relativamente à questão predial no Mercado da Sobreda e no dia seguinte, lá estávamos nós no terreno em articulação com os serviços da Câmara Municipal precisamente para sermos parte de colaboração para a resolução deste problema. Portanto, o que se verificou ali, está a decorrer uma avaliação técnica para que possa de facto, ser garantida a eficiência e a longevidade da rede numa situação que só foi notada aquando do decorrer da obra, mas com bem sabe, são situações que nós gostaríamos de evitar, mas quando a obra está a decorrer e se identificam os problemas, tecnicamente terão que ser resolvidos e é o que está ali a suceder.

Mas naturalmente, queria valorizar aquilo que tem sido o trabalho dos vários Departamentos relativamente ao investimento que temos feito e na motivação do pessoal.

De facto, nós estamos a criar um serviço de medicina internalizado, medicina do trabalho, de acompanhamento nas áreas da saúde aos nossos trabalhadores, mas também temos desenvolvido várias sessões de sensibilização e ações de formação e alguns dos nossos trabalhadores estão também a aderir novamente ao Qualifica e estão a concluir o 9.º ano e o 12.º ano e portanto, entendemos que também é uma vertente importante de acompanhamento e de valorização dos trabalhadores, para além da aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade no quadro de Lei, é evidente, mas com a afirmação política pelo nível mais elevado e mais abrangente a um conjunto de trabalhadores.

Mas não podemos esquecer também aquilo que é a responsabilidade social que os SMAS têm e a recente dádiva de sangue e o envolvimento que houve dos trabalhadores dos SMAS nesta ação humanitária.

Quero terminar dizendo que, temos acolhido novos trabalhadores, também se têm reformado alguns e de facto, quero sobretudo valorizar aquilo que de novo podemos introduzir e na relação que vamos ter com os trabalhadores e é isso que eu quero valorizar. Com isso estamos seguramente a afirmar aquilo que é um trabalho de investimento futuro, naturalmente que em áreas muito concretas de intervenção no terreno, na rede de distribuição, abastecimento e do saneamento, mas deixemos crescer este projeto."



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.6.2.16 – A Senhora Deputada Municipal Joana Sales Vieira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É porque é realmente mil e quarenta cortes de água em janeiro e fevereiro. Está no Relatório dos SMAS. Houve mais notificações, mas o número é mesmo este e, portanto, dá uma média de dezoito famílias por dia.”

7.6.2.17 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação à questão do Parque da Juventude, Senhor Vereador, é falta de higiene, necessidades fisiológicas, os comerciantes e moradores da zona têm-nos feito chegar várias queixas relativamente a esta situação. Os moradores veem a utilização deste espaço para o fim que não aquilo que deveria ser, inclusive, com a utilização e com pessoas a usarem estupefacientes. E dar nota que o PSD de Almada já propôs na Junta de Freguesia correspondente a implementação de luzes LED no Parque e ainda nada foi feito por parte da Câmara Municipal e a falta de iluminação é obviamente, um problema.

De uma forma muito sintética colocar-lhe a questão.

Senhor Vereador Luís Palma, há aqui três perguntas que eu lhe fiz que gostava de ver respondidas, qual o programa de comemorações dos 75 anos dos SMAS?

Em relação também à Herdade da Aroeira ao sistema de vácuo e ao depósito e também ao programa LIFE.

Em relação à Rua dos Cooperativistas, concordamos inteiramente que este tipo de empreitadas tem surpresas se subsolo, concordamos inteiramente, conheço bem a realidade dessa rua, mas gostava exatamente de perceber porque é que parou, qual foi o problema? É um problema de cadastro? É um problema de profundidade? É um problema de adutora? O que é que é? simplesmente isso.”

7.6.2.18 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais eu quero agradecer, porque senão a Câmara Municipal não teria oportunidade de prestar esclarecimentos ao Grupo Municipal do CHEGA, que dispõe de algum do seu tempo para eu poder também responder à intervenção da nossa Deputada Municipal Maria Teresa Almeida.

Dar nota do seguinte:

Eu pediria, por favor, aos Senhores Deputados Municipais do CHEGA que aqui têm abordado esta questão, aliás, ela é uma questão que tem sido suscitada ciclicamente, quer pelo PSD, quer pelo CDS-PP que já teve assento também aqui nesta Assembleia Municipal, que pudessem visitar a minha intervenção na Assembleia Municipal, que deu lugar a este vosso requerimento.

E relembrar o seguinte:

Naturalmente, nós iremos receber novo requerimento e eu tratarei de ser mais clara, mas se tiverem a oportunidade, os excertos são devidamente gravados e os Senhores façam o favor de ir visitar a minha intervenção.

O que eu digo nessa intervenção, aliás, eu farei o mesmo para não cometer nem erros, nem falhas graves nem grosseiras sequer. Não estou habituada a fazê-lo e quando não tenho memória faço apelo à memória e as Sessões são gravadas e, portanto, vou lá, leio, vejo, pesquisei de novo.

Eu creio ter dito à data, quando se falou da questão dos Julgados de Paz, que eu própria tinha estudado a matéria e que me tinha debruçado sobre a matéria, e os documentos que vos envie, são naturalmente, a minha opinião sobre a matéria. Mais, também disse que conjuntamente com a avaliação da matéria dos Julgados de Paz, eu teria tido a oportunidade de estudar também aquilo que seria a eventual implementação de centros de arbitragem.



Eu nunca referi em nenhum momento da minha intervenção, que houvesse sobre este título, o estudo de viabilidade económico do Julgados de Paz. Portanto, eu o que me parece, eu irei visitar essa intervenção, pode ter sido entendido assim, naturalmente, acho que era importante que revistássemos todos a intervenção, eu fá-lo-ei na sequência do vosso novo requerimento, para tentar perceber se fui imprudente nas declarações ou se efetivamente, foram essas as minhas declarações.

Portanto, para além dos documentos que vos enviei, atento à proteção de dados e informação interna que consta, há pareceres jurídicos também, eu enviei-vos apenas uma informação de serviço da qual extrai eu própria dados, porque não podem ser dados aos Senhores Deputados Municipais, o documento está tratado em termos de proteção de dados, e enviei-vos aquilo que é a minha opinião pessoal que está na proposta que direcionei à chefias a quem tinha que direccionar, em termos de avaliação daquilo que foi o caminho relativamente aos Julgados de Paz.

De qualquer maneira, é como vos digo, irei visitar as minhas declarações eu pediria que fizessem também esse exercício.”

7.6.2.19 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ainda bem que a Senhora Vereadora referiu que era necessário visitar aquele dia, nós já o fizemos, nós revisitamos a Ata e eu vou citar aquilo que foram as palavras da Senhora Vereadora:

“Senhora Deputada Municipal, é claro que esta questão foi aflorada na anterior Assembleia Municipal, o que eu disse em resposta ao PSD, foi que se os Senhores Deputados Municipais assim o entendessem, esse estudo poderia ser enviado, portanto, eu estou a aguardar que os Senhores Deputados Municipais, no uso daquilo que é o vosso direito, mas também o vosso dever, o requeiram por escrito. Logo após eu enviarei a informação”.

Portanto, foi o que nós fizemos, nesta mesma Sessão dia 23 de dezembro, está transcrito na Ata, a não ser que a Ata esteja errada, que enviaria o estudo se os Grupos Municipais o pedissem, o estudo que foi requerido não foi o da Senhora Vereadora, também não deixou claro na sua intervenção que ia enviar o seu estudo. De qualquer forma, nós enviaremos um novo requerimento a requer o estudo, dando nota que não é o estudo da Senhora Vereadora.”

7.6.2.20 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A realidade é que o Grupo Municipal do PSD veio aqui com dados concretos no que toca à desbaratização e desratização, duas mil e setecentas em 2023, duas mil e quinhentos em 2024, mil e setecentas em 2025. É questão para dizer que: “quem cala consente”, não é verdade, portanto, o executivo acabou neste preciso momento dizer aos almadenses que irão continuar a existir baratas e ratazanas na rua.”

8 – A terminar os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento à Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

9 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H55, deu-se por concluída a ordem de trabalhos da Sessão ordinária de Abril.

10 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS), dos/as Vereadores/as Ivan da Costa Gonçalves (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Luís Filipe Palma (CDU), António Sousa Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Joaquim António Barbosa (PS), Carlos Magno Magalhães (CHEGA), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD) e Carlos Alberto Salomão (PSD).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 – Foi verificada a presença de cerca de cinquenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

12 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____